

Quando o livro resiste



FLAVIO DUTRA/JU

Acesso à leitura Como Dom Quixote lutando contra gigantes, profissionais ligados à literatura e leitores anônimos aliam-se de forma apaixonada em defesa do direito à leitura. Nessa luta, os adversários são muitos:

publicações caras, internet sedutora, bibliotecas públicas centralizadas e investimentos governamentais quase inexistentes. Num contexto de personagens diversos, com direito a vilões e mocinhas, surgem histórias memoráveis

que mostram o quanto o livro pode ser “o melhor amigo do homem”. Algumas dessas histórias acontecem na Biblioteca Chocolate, na zona norte de Porto Alegre (foto).

CadernoJU

ENTREVISTA

Dúvidas eleitorais

O ex-vice-governador do Rio Grande do Sul João Gilberto Lucas Coelho, com exclusividade para o JU, relembra o contexto político e as questões que envolveram o processo de transição do regime ditatorial para a democracia no Brasil e a campanha Diretas Já, ocorrida em 1983 e 1984. Atualmente, defende a saída constitucional para a crise política brasileira – com um candidato eleito indiretamente para finalizar o atual mandato. Eleitor sem vínculo partidário, acredita que o ideal seria que as pessoas votassem em listas dos partidos, ou seja, pelo projeto que a agremiação representa.

P9

IDEIAS

Presidencialismo brasileiro

O sistema político do Brasil historicamente tem exigido que os mandatários estabeleçam acordos com o Congresso Nacional de forma a conseguirem algum nível de governabilidade. Em artigo, o professor André Marengo discute como esse processo de coalizões tem-se configurado no país, analisa a conjuntura atual e aponta perspectivas.

P4

Cultura

A organização e o acesso ao acervo da historiadora Sandra Pesavento

P14

Perfil

Abayomi, boneca africana, e seu papel na promoção da saúde e da igualdade

P15

CÂMPUS

Sala Redenção da UFRGS completa 30 anos de cinema gratuito e alternativo

P7

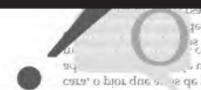
MIGRAÇÃO

Expectativas frustradas



O haitiano Poony Botang migrou para o Brasil, em 2016, em busca de uma nova vida, mas não encontrou no país as condições que imaginava. É por conta de casos como o dele que a legislação que regulamenta a entrada e permanência de estrangeiros vem sendo revisada. No entanto, ainda prevalece sobre o tema um olhar conservador, pautado pela segurança nacional e que vê no migrante um invasor. Vem sendo desconsiderado, ainda, o direito de populações tradicionais indígenas – marcadas pelo nomadismo – como forma de vida.

P5



Espaço da Reitoria

Ana Karim Nunes
Vice-secretária de Avaliação Institucional

A UFRGS e seus egressos

A UFRGS é, desde a sua concepção, a universidade dos gaúchos e com a comunidade mantém uma relação pautada na contínua oportunidade de ensino, no desenvolvimento de pesquisa, de tecnologia e de inovação e nas mais diversas formas de extensão universitária nos planos econômico, político, cultural e artístico. Hoje é uma universidade que estende a sua presença aos planos nacional e internacional, sem perder seus laços com o contexto em que se insere. Essa ligação é reforçada a cada semestre pela formação de novos cidadãos e profissionais para o mundo do trabalho.

Engana-se, contudo, quem acredita que os laços com a UFRGS se rompem no dia da colação de grau. A cerimônia de formatura é um rito de passagem que marca o início do que deve ser um novo momento entre a instituição e seus egressos. Essa é uma relação orientada pela responsabilidade compartilhada na (res)significação do papel do

ensino, da pesquisa e da extensão na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Atenta às características desse vínculo, a UFRGS traz no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2026), como um dos seus objetivos de impacto social, a promoção de maior interação com os seus alunos graduados. À instituição cabe manter ativa e sólida a vinculação com as pessoas por ela formadas e abrir, para além de novas oportunidades de aprendizagem, espaços de escuta, diálogo e participação. Já os ex-alunos têm o papel de estar à frente da legitimação da educação pública de excelência e da formação continuada, assim como da intermediação com diferentes setores da sociedade.

Vários cursos de graduação e programas de pós-graduação já promovem ações que incentivam a participação dos formados no ambiente acadêmico. Além disso, a Universidade conta com a Associação

de Antigos Alunos, que organiza eventos de integração e faz parte de instâncias decisórias como o Conselho Universitário (Consun) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Frente a esse cenário, a atual gestão criou um Grupo de Trabalho (GT) para planejar diretrizes gerais que possibilitem a consolidação de uma política institucional e permanente de acompanhamento dos seus egressos. A ideia é que se definam linhas de procedimento que possibilitem um ponto de vista amplo da parceria entre a Universidade e seus graduados, abrangendo expectativas e responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Além disso, fazem parte das metas do GT agregar e ampliar as experiências já desenvolvidas junto a esse público. Dessa forma, pretende-se potencializar o reconhecimento da UFRGS pela sociedade como lugar de excelência em todas as áreas do conhecimento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitor
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golín, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor substituto Everton Cardoso

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Editor de fotografia Flávio Dutra

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias



múltipla
UNIVERSIDADE
inovadora inspiradora

16 a 20
OUTUBRO
Câmpus do Vale

Artigo

O tango volta à programação da Rádio

Durante décadas a Rádio da Universidade teve o tango presente em sua programação. O *Tangos en la noche*, programa conduzido por Roque Araújo Viana, se tornou um espaço emblemático na agenda dos ouvintes e deixou saudades no dia em que a música rio-platense silenciou-se no dial. Os ouvintes passaram, então, a perguntar de maneira sistemática quando o tango retornaria aos 1080 AM, pois ali sempre foi o seu lugar por excelência.

Em 2016, a jornalista Alessandra Bergmann, que é praticante de tango e uma grande apaixonada por essa arte, reuniu-se com o diretor da rádio, André Prytoluk, e apresentou-lhe uma proposta para o retorno do estilo à emissora. Os dois já haviam realizado outro projeto com sucesso, e foi assim que o diretor considerou a proposta e passou a estudar as condições. Foram avaliados os aspectos técnicos e as características peculiares daquela cultura, até se chegar ao nome de Fábio Verardi, que já realizava um

trabalho de divulgação da música portenha em Porto Alegre por meio do blog Tango 30 e também da rádio web Sul.net.

O projeto ganhou volume e, a partir de reiteradas reuniões, foi realizada a primeira gravação-piloto em maio deste ano. Com a aprovação do corpo de trabalho e da direção da Rádio, o nome *Sempre tangos* passou a batizar o novo programa. Em meio a este processo, a argentina Laura Del Huerto foi escolhida curadora musical, completando, assim, a equipe. No dia 20 de maio, durante o evento Portas Abertas 2017, o *Sempre tangos* foi anunciado com a apresentação ao vivo do grupo Nocturna en Cuarteto, como o lançamento na grade da programação dos 1080 AM. Assim, com a locução de Fábio Verardi, a edição da jornalista Alessandra Bergmann e a curadoria musical de Laura Del Huerto, o programa resgata a proposta de seu antecessor no compromisso de fidelidade à cultura “tanguera”. Os clássicos, as grandes orquestras e os intérpretes que

fazem a música atravessar décadas podem ser escutados todas as sextas-feiras às 20h.

A agenda cultural, proposta por páginas especializadas na internet, mostra que as atividades ligadas ao tango em Porto Alegre tornaram-se maciças nos últimos anos, sendo que, atualmente, é possível bailar e escutá-lo ao vivo ao longo de todo ano. E as notícias são cada vez melhores com o surgimento de aulas e a realização de bailes em outros municípios do estado. Em sua primeira edição, o *Sempre tangos* alcançou, pela página da UFRGS na internet, um público ouvinte em vários estados da federação. São os amigos ligados por uma arte que transcende fronteiras e alcança a todos.

Bienvenido, tango, à Rádio da Universidade! O abraço que une os bailantes e os faz sonhar ao ritmo platense se enlaça com a cultura gaúcha nas ondas do Rádio. Vida longa ao *Sempre tangos*, a sua agenda da música platense.

Sempre tangos

Rádio da Universidade
1080 AM
www.ufrgs.br/radio

Sextas-feiras, 20h

Locução: Fábio Verardi
Edição: Alessandra Bergmann
Curadoria musical: Laura Del Huerto

Fábio Romani Verardi
Apresentador do *Sempre Tangos*
da Rádio da Universidade



Postura e movimento corporal são caminhos para a cura

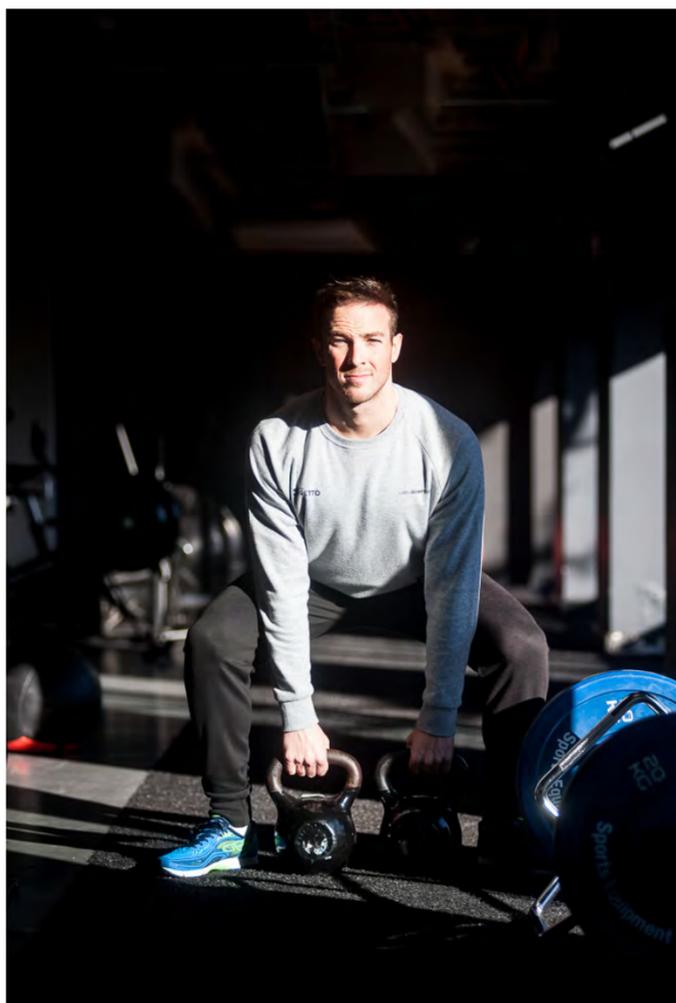
Os estudantes e profissionais da Educação Física, Fisioterapia, Dança e áreas da Saúde podem participar da segunda fase do VIII Ciclo de Palestras sobre Postura e Movimento Corporal. Os encontros ocorrem a partir de 9 de agosto, sempre em algumas tardes de terça-feira. Técnicas como a avaliação postural e o olhar fisioterapêutico sobre o Cross Pilates, que vêm ganhando mais espaço nas academias, serão alvos das discussões com especialistas convidados. “O que a gente busca é pensar com o viés da Fisioterapia a correção da postura porque, em geral, o exercício não é errado, mas nem sempre é a melhor escolha”, assinala a mestrandia em Ciência do Movimento Humano na UFRGS Danieli Moraes.

O método Cross Pilates é um treinamento físico que surgiu da fusão de alguns princípios do Pilates clássico e do treino funcional. Tem por objetivo o desenvolvimento das aptidões cardiorrespiratória, musculoesquelética e neuromotora. A atividade física também é indicada para as pessoas que desejam fazer exercícios físicos planejados, desde atletas a pacientes com objetivo de recuperar lesões. Também é indicado para fins de emagrecimento, diferentemente do Pilates. “Toda a origem está no método criado por Joseph Pilates há mais de 70 anos. Com isso, seja por necessidades do mercado, seja por vontade dos profissionais que trabalham com a técnica, inovações e recriações

são feitas. Isso não inviabiliza a utilização para a recuperação de pacientes, foco da Fisioterapia. Os educadores físicos estão mais propícios a inovar porque estão mais ligados a diferentes modalidades”, destaca Danieli.

A Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS (Esefid) se destaca como um dos polos na pesquisa do método Pilates no país. “O método tem um viés de correção postural. É uma prática para amenizar dores, cuja origem é trabalhar o movimento coincidente do corpo e da mente, ou seja, pensar no movimento e fazer de forma correta”, ressalta Marja do Valle, fisioterapeuta e mestrandia do mesmo programa.

Mesmo que o ciclo de palestras seja mais restrito aos profissionais e estudantes da área da Educação Física e Fisioterapia, o Laboratório de Pesquisa do Exercício (Lapex) da Esefid oferece várias práticas para a comunidade. Entre as atividades, tem destaque a questão da dor. O grupo Postura Corporal e Qualidade do Movimento trata, em projeto de extensão, a questão da coluna. De acordo com Marja, o primeiro passo no combate ao problema é a avaliação da postura. “Trabalhamos movimentos de flexibilidade para amenizar as dores. O ideal é aliviar o incômodo de problemas que se tornam impeditivos ao paciente. Algumas dores restringem movimentos comuns, como carregar uma sacola ou erguer um objeto no local de trabalho. A meta é buscar um equilíbrio,



Educador físico, Luciano Montone trabalha a postura em exercícios

diminuir o sofrimento e permitir a realização de tarefas diárias simples.”

Para participar do projeto de extensão Avaliação e Tratamento Postural para a Comunidade, os interessados podem entrar em

contato pelo telefone 3308.5817. Para participar do ciclo de palestras, mais informações podem ser obtidas pelo 3308.5861. Também o site <http://www.ufrgs.br/biomec/> traz informações sobre ambas as ações.

Censo de Desenvolvimento

Conhecendo o perfil de servidores

Entre os dias 3 a 31 de julho ocorrerá o Censo de Desenvolvimento de Servidores, organizado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP). A pesquisa tem o objetivo de mapear o nível de qualificação, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos servidores da Universidade, bem como seus interesses em relação ao trabalho e seu perfil profissional. O questionário é estruturado em quatro dimensões: formação e atuação profissional, competências e necessidades de capacitação, preferências individuais e suporte institucional. Cada tema comporta questões específicas de múltipla escolha. O formulário foi elaborado numa parceria entre a PROGESP, a Escola de Engenharia e o Centro de Processamento de Dados (CPD). Todos os servidores, técnicos administrativos e docentes estão convidados a participar. Basta preencher o formulário disponibilizado no Portal do Servidor.

Com essas informações, a Universidade poderá subsidiar a elaboração do Plano Anual de Capacitação; promover internamente cursos e atividades relacionadas às necessidades de trabalho; substituir o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC); proporcionar melhorias nas políticas e práticas de gestão de pessoas; providenciar melhorias no suporte institucional para o desenvolvimento dos servidores; e valorizar a sua formação, as suas competências e preferências profissionais.

De acordo com a PROGESP, o Censo de Desenvolvimento de Servidores também busca atender às orientações legais da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNPD), do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PDI/PCCTAE), entre outros.

Em pauta

Consun se manifesta sobre crise política

Em recente reunião do Conselho Universitário (Consun), os integrantes manifestaram preocupação diante do acirramento da crise política, econômica e ética pela qual passa o Brasil. Os membros do órgão máximo da UFRGS enfatizaram a importância da preservação do regime democrático e da não criminalização de manifestações populares.

Em ata, o Consun também se posiciona contra mudanças propostas pelo governo de Michel Temer: “Contra as reformas que precarizam os direitos sociais (tais como o congelamento dos investimentos públicos, as ameaças aos direitos trabalhistas, à Previdência Social e à liberdade e pluralidade na Educação)”.

“Não há como pensar a Universidade sem pensar no compromisso ético e na definição do seu papel político, seja pelo lugar que ela ocupa em nossa sociedade, seja pela expectativa que ela produz nesta mesma sociedade ou, ainda, por ser locus da prática democrática. Entendemos que nenhuma solução a situações de crise política possa ocorrer sem o devido respeito à soberania e à vontade popular. Nesse sentido, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul se solidariza com o povo brasileiro para externar sua inconformidade com a situação nacional e sua preocupação em garantir o Estado Democrático de Direito”, finaliza o documento.



SIMPLIFÍSICA

Evolução das estrelas

O universo exerce grande fascínio sobre as pessoas, mas seus fenômenos e sua constituição ainda são pouco conhecidos. Partindo dessa premissa, a professora do Instituto de Física da UFRGS Alejandra Romero explica como ocorre a evolução das estrelas, esferas de gás que são muito quentes e têm um papel fundamental para a manutenção do nosso universo. Uma curiosidade sobre esse tema é que a imagem que enxergamos das estrelas é sempre uma visão do passado, pois a distância entre nós e elas é tão grande que não conseguimos visualizá-las em tempo real. E isso ocorre, inclusive, com aquelas que estão mais próximas de nós, como é o caso de uma das mais conhecidas: o sol. Além disso, a cor das estrelas que avistamos também se diferencia da original, mas não identificamos essas características a olho nu.

O programa Simplifísica, uma parceria entre a UFRGS TV e o Instituto de Física da Universidade, tem como objetivo divulgar e popularizar a ciência por meio de palestras sobre diversos temas de Física e de Astronomia. A seleção dos assuntos é orientada para uma aproximação com o cotidiano das pessoas, utilizando uma linguagem simples, dinâmica e acessível, ao mesmo tempo que é proposta uma reflexão sobre a nossa relação com a ciência.

As palestras ocorrem na Livraria Saraiva, no shopping Praia de Belas, e no auditório do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) uma vez por mês, sempre às 19h30 min. Para basta doar 1 kg de alimento não perecível, material escolar, brinquedos ou roupas, que serão distribuídos às instituições carentes do entorno do Câmpus do Vale. A programação completa e os assuntos a serem tratados podem ser conferidos através do portal www.if.ufrgs.br/extensao.

Matheus Nietto, *estudante do sétimo semestre de Jornalismo da UFRGS*

Assista ao programa

O programa **Simplifísica sobre Evolução de estrelas** vai ao ar em duas partes, nos dias **20 e 27 de julho**, canal **15 da NET POA**, às **18h e às 23h**, e também pode ser visto no site www.univ.tv.br



Todas as coalizões do presidente

André Marengo*

Entre 1985 e 2016, o Brasil experimentou o seu mais longo período sob instituições democráticas estáveis. Nesse intervalo de 31 anos, promulgou sua Constituição mais democrática e socialmente progressista, garantiu a observância das Forças Armadas a funções constitucionais, realizou sete eleições presidenciais altamente competitivas e que promoveram efetiva alternância governamental, e implementou legislação e políticas públicas que fomentaram estabilidade monetária, regras para responsabilidade fiscal, combate à corrupção, universalização do Sistema Único de Saúde, políticas de ação afirmativa, ampliação do acesso ao ensino superior e redução da pobreza.

Em 2016, a ruptura. Constituições presidencialistas, como a brasileira, estabelecem que a substituição do chefe de governo ocorra por meio de votos populares, em eleições regulares para mandatos por período fixo de governo. Somente fatos de enorme gravidade que caracterizem inequívoco “crime de responsabilidade” podem justificar reversão do resultado eleitoral e remoção de presidente eleito. Em 230 anos de Constituição norte-americana, apenas dois presidentes (Johnson e Clinton) sofreram processo de impeachment – em ambos faltaram os votos para o impedimento – e um terceiro (Nixon) renunciou antes de sua instalação. Em contraste, argumentos acerca da natureza “política” do julgamento congressional sobre a presidência ou a consideração do “conjunto da obra”, como utilizados no debate brasileiro, revelam a contaminação de nossa Constituição presidencialista pelo mecanismo do “voto de desconfiança”, característico de governos parlamentaristas.

A crise política e institucional abriu espaço para o argumento de que sua raiz estaria no “presidencialismo de coalizão”, configuração institucional característica dos dois períodos poliárquicos brasileiros (1946/64

e pós-1985). Entre todos os presidentes brasileiros nesses dois períodos, apenas um (Eurico Dutra, 1945/50) contou com maioria legislativa unipartidária, ou seja, seu partido (PSD) possuía mais de 50% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Desde 1998, nenhum partido consegue obter mais do que 20% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Dessa forma, presidentes eleitos são obrigados a promover amplas coalizões partidárias para alcançar a maioria necessária para a aprovação de seus projetos de governo no Congresso.

Enquanto as eleições presidenciais se estabilizaram entre 1994 e 2014, com dois partidos (PT e PSDB) recebendo entre 70% e 90% dos votos, a disputa por cadeiras no legislativo promoveu um multipartidarismo altamente fragmentado, com o Brasil situando-se entre as democracias com o mais elevado número efetivo de partidos no mundo. Causas estruturais, como representação proporcional e federalismo, mas principalmente incentivos decorrentes da legislação eleitoral, como reduzidas exigências para acesso ao fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito (e seu uso como moeda de negociação), ausência de cláusula de barreira eleitoral, permissão de coligações eleitorais em eleições proporcionais, contribuíram para uma multiplicação “artificial” de legendas.

Presidentes eleitos sob a Constituição de 1946 tiveram grande dificuldade para governar, e a evidência disso pode ser registrada no fato de que conseguiram aprovar apenas 1/3 dos projetos que enviaram ao Congresso. O Presidente João Goulart aprovou somente 19% de sua agenda legislativa. Em contraste, presidentes governando sob a Constituição de 1988 lograram êxito em aprovar mais de 70% dos projetos que remeteram para a votação congressional. Dispositivos constitucionais e infraconstitucionais pós-1988 conferiram poderes adicionais aos chefes do Executivo,

assegurando-lhes áreas de iniciativa exclusiva em matérias fiscais, administrativas e orçamentária ou o poder de editar medidas provisórias.

A fragmentação partidária não reduziu a capacidade de presidentes de aprovar projetos no Congresso, pelo contrário. Nos meses que antecederam seu impeachment, a Presidente Dilma aprovou cerca de 70% das proposições enviadas ao legislativo. A fragmentação, contudo, aumenta os custos de transação para a formação ou a continuidade da base de governo e reduz a “clareza de responsabilidade” de 2/3 do legislativo em relação às políticas governamentais. Se a economia vai mal, os eleitores facilmente identificam e punem o partido do presidente, como foi o caso do PSDB em 2002, do PT – com a queda da avaliação positiva da presidente Dilma – em 2015/16, ou mesmo do PMDB no atual momento. A mesma visibilidade não alcança a miríade de pequenos partidos que compõe a base governamental.

Sob essas coordenadas, três fatores podem assegurar compromisso partidário com governos “alheios”: afinidades programáticas, recursos orçamentários ou financiamento eleitoral ilegal. Durante o segundo mandato da presidente Dilma, os partidos de esquerda – naturalmente mais próximos de uma agenda desenvolvimentista e redistributiva – representaram apenas 30% da base do governo no Congresso. Os demais 70% vieram de partidos situados do centro para a direita no espectro partidário, previsivelmente menos comprometidos com essas políticas ou cujo apoio, se espera, custe mais caro.

Paralelamente, enquanto o PT correspondia a 21% da base congressional do governo e controlava ministérios responsáveis por 68% do orçamento, o PMDB, com 20% do apoio congressional ao governo, encabeçava ministérios que representavam apenas 3% do orçamento federal. É espe-

rar muito espírito de desprendimento do peemedebismo. Quando nem programas, nem orçamento garantem o apoio... resta o caixa 2.

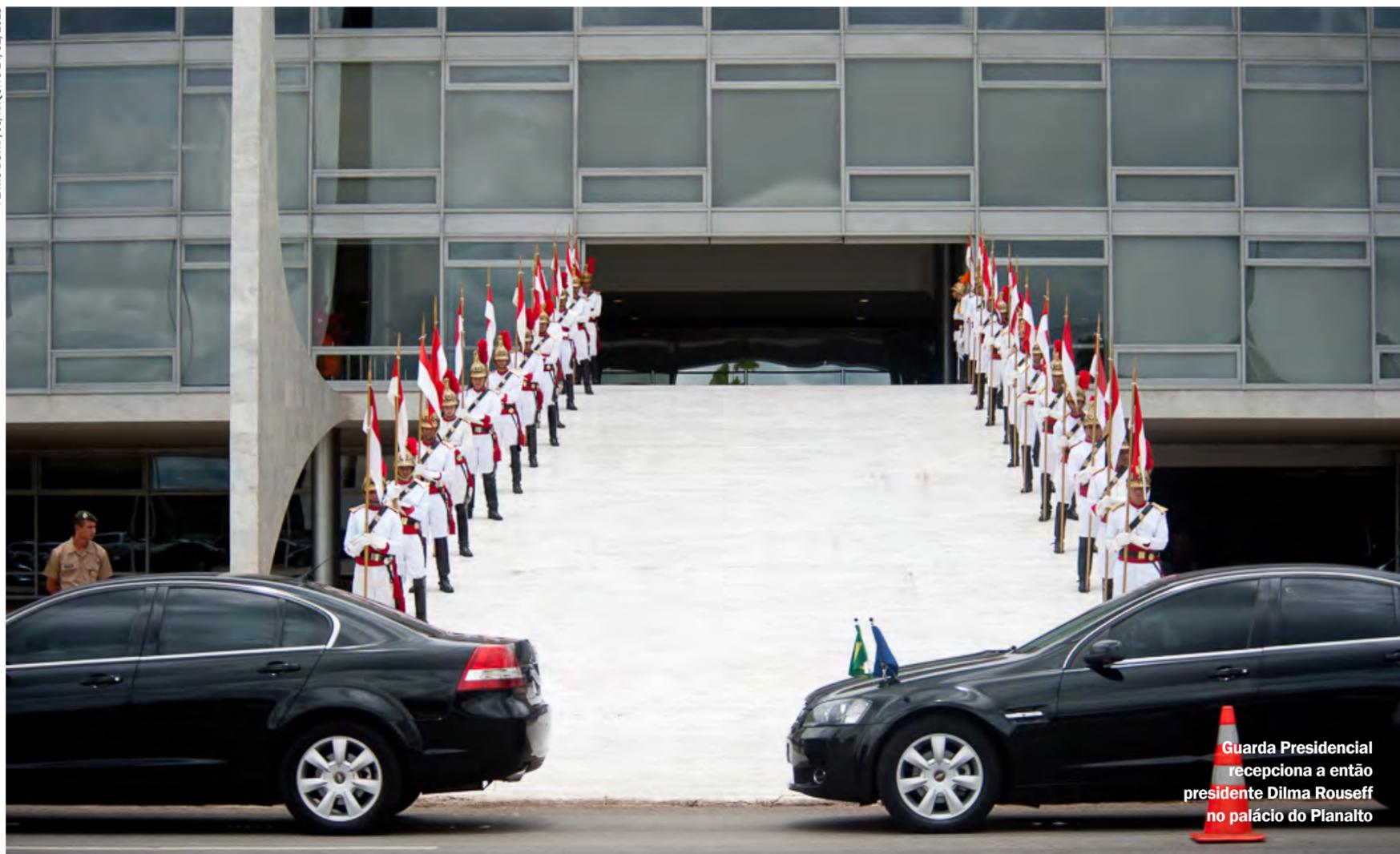
Existem alternativas? Neste momento, não haverá quem deixe de falar em “parlamentarismo”, esquecendo-se que gabinetes em democracias parlamentares baseados em coalizões multipartidárias duram, em média, dois anos. Também não faltarão vozes falando em substituir o “presidencialismo de coalizão”. Por qual alternativa? Governos presidenciais de minoria, como João Goulart no Brasil ou Salvador Allende no Chile? Impor um sistema bipartidário, como fizeram os governos autoritários pós-64?

Nosso destino – democrático – parece vinculado ao “presidencialismo de coalizão”, e, assim, trata-se de encontrar mecanismos que mitiguem os efeitos da fragmentação partidária e reforcem a vinculação e a responsabilidade de partidos e governos: uma alteração no calendário eleitoral, com a separação de eleições federais (Presidência da República, Senado, Câmara) e regionais (governadores, deputados estaduais, prefeitos, vereadores), a proibição de coligações proporcionais e a cláusula de barreira, a eleição proporcional em dois turnos, como proposto pela OAB e por outras entidades.

O vazio legado pela erosão na representatividade do Executivo e Legislativo vem sendo vorazmente ocupado pelo ativismo do Poder Judiciário às expensas da separação de poderes constitucionais. O risco de defrontar-nos, nos próximos anos, com uma “ditadura das togas”, com juízes de primeira instância proferindo sentenças sobre todas as jurisdições da vida pública, torna-se uma ameaça real à nossa democracia.

*Professor Titular do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU/ARQUIVO 24/01/2013



Guarda Presidencial recepciona a então presidente Dilma Rousseff no palácio do Planalto



FLAVIO DUTRA/JU

O haitiano Poony Botang veio há 11 meses para o Brasil e sonha viver de sua música, mas ainda trabalha como operador de retroscavadeiras

Em busca de uma vida melhor

Brasil Nova Lei de Migração avança, mas proposta ainda contém restrições

A Lei de Migração sancionada em maio pelo presidente Michel Temer revoga o estatuto do estrangeiro. Criado no regime militar em 1980, a legislação era pautada pela segurança nacional, ou seja, o imigrante era visto como uma ameaça. A nova lei, proposta em 2013 pelo ex-senador e agora ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes (PSDB-SP), baseia-se na ideia de que os migrantes têm direitos que já estão pautados na própria Constituição, como consta no artigo 5.º, que iguala o estrangeiro aos brasileiros naturais.

Para a professora e doutora em Direito Roberta Baggio, há uma série de avanços com a lei. “Se uma pessoa está sem regulamentação, o Estado deverá auxiliar nesse processo, facilitando a naturalização. Os vistos humanitários se transformam em vistos temporários, de maneira que a pessoa que chegar de uma situação de calamidade será resguardada e igualada em termos de direito a todos os cidadãos brasileiros”, pontua. O novo fluxo migratório, em que há a migração de venezuelanos e haitianos, trouxe

a necessidade de outra legislação. “A lei vai ajudar aqueles que estão em busca de melhores condições de vida. Estamos numa posição de vanguarda em relação à tendência mundial, que é restritiva. Os venezuelanos e todos os que passam por crises poderão encontrar um lar aqui”, aponta Roberta. Laura Sartoretto, advogada do Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (Gaire, vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica/UFRGS), afirma que outra importante conquista é a garantia de contato com a Defensoria Pública da União, em caso de detenção de migrantes em fronteiras. “Isso pode prevenir práticas de deportação sumária”, interpreta.

No artigo 66, inciso 4.º, há uma cláusula que facilita a entrada de migrantes dos países que compõem o Mercosul. Esse foi, entretanto, um dos vetos de Michel Temer. Roberta Baggio considera isso autoritário: “Todas as justificativas são baseadas no medo ao estrangeiro. Essa cláusula, por exemplo, foi barrada porque pode fragilizar o processo eleitoral, uma vez que introduzirão elementos com efeitos imprevisíveis na democracia. Aqui, os migrantes foram tratados como “elementos”. Isso traz uma consequência na ideia de direito político. É uma visão retrógrada”. Laura Sartoretto destaca, ainda, que pela nova legislação, cidadãos de países como a Venezuela poderão solicitar um visto humanitário. “É concedido para pessoas provenientes de países em situação de grave e iminente

instabilidade institucional, dentre outros motivos”, explica.

Situação precária — Laura Sartoretto também vê os vetos como prejudiciais à proteção dos migrantes. “Entre os mais importantes está o veto ao artigo que concedia anistia a pessoas que tivessem entrado de forma não autorizada até 6 de julho de 2016. Quer dizer, serão mantidas em situação precária, sem autorização para estar no país e sujeitas a todo o tipo de exploração. O veto aos artigos que permitiam a livre circulação dos povos indígenas e que os imigrantes exercessem funções públicas também são prejudiciais ao espírito de igualdade e não discriminação pelo qual a lei deveria ser pautada”, argumenta.

Essa é a realidade enfrentada por Poony Botang. Haitiano, chegou ao Rio Grande do Sul em 21 de julho de 2016. A presença da embaixada brasileira no Haiti facilitou a aquisição do visto, que custou 600 dólares. Vários de seus amigos haitianos, contudo, não conseguem pagar o valor e migram ilegalmente. Poony esperava uma vida menos dura, em um local no qual poderia estudar administração; entretanto, encontrou obstáculos. “O Brasil é parecido com o Haiti: é perigoso, com os mesmos problemas políticos e péssimos salários. Preciso trabalhar para pagar aluguel. Tenho amigos que moram há mais de um ano aqui e não obtiveram trabalho ainda. Vim sozinho, só tinha um primo que veio para cá faz dois anos. Apesar das dificuldades, nenhuma

situação de preconceito ocorreu”.

Morando em um bairro simples de Canoas, conta que trabalha como operador de máquinas retroscavadeiras e que pretende voltar ao Haiti. O que o motiva é o sonho de estabelecer uma carreira musical. “Quero ter um estúdio em meu país e também no Rio de Janeiro. Quando cheguei aqui, passei por dificuldades. Não houve assistência do governo. É outra vida, pois são culturas diferentes. Sinto saudades da família. Minha esposa não pôde vir. É enfermeira e só conseguiria emprego em posições mais baixas. Fui ao Hospital de Clínicas e ao Mãe de Deus, mas nenhum deles tinha vaga para ela exercer sua profissão”, relata.

A nova lei não contempla todas as reivindicações dos movimentos migratórios, visto que não considera migrar como um direito humano fundamental e continua atribuindo a autoridade migratória à figura da Polícia Federal. “No artigo 44, houve veto porque o dispositivo fragiliza o exercício constitucional da Polícia Federal. Ou seja, o veto está pautado em não tirar o poder da PF. Há muitos desafios pela frente. As instituições brasileiras continuam cultivando uma cultura de preconceito”, explica Roberta.

Direitos restritos — Originalmente, a lei previa que seriam “plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupa-

das”; esse direito, todavia, foi mais um dos vetos de Temer. Para Laura, isso é mais um retrocesso: “Esse artigo vinha suprir com proteção legal uma prática que já ocorre há milênios, pois os povos indígenas e populações tradicionais, por natureza, circulam pelo território de vários países, já que fronteiras criadas pelo colonizador não poderiam representar limites à cultura e ao modo de vida do índio”.

Roberta acredita que a lei pode e deve servir como referência. “Nesse momento, o mais importante é que as organizações em prol de acolher os refugiados e migrantes consigam pautar de fato essa lei, para servir de modelo a muitos países.” O problema, porém, é que as mesmas pessoas que vetaram a lei são as que a regulamentarão: “Não se sabe se essas restrições permanecerão. Essas mesmas pessoas, de um governo ilegítimo e que não começaram o processo democrático de debate, serão as que regulamentarão. Eu temo que o processo seja anacrônico e conserve a lógica de segurança nacional”, critica. Para Laura, a lei ficou muito aquém de quem vê a migração como um benefício para a sociedade: “Depois das dezenas de vetos feitos por Temer, houve a perda do caráter de ajuste da legislação brasileira com uma perspectiva de país multicultural e defensora dos direitos humanos. Em tempos difíceis, tivemos um avanço, embora pequeno”, pondera.

Camila Souza,
estudante do 5.º semestre de
Jornalismo na UFRGS



Conversa silenciosa

Jornal da Universidade Equipe do periódico realiza enquete para ouvir seus leitores

Antônio Falcetta*

Salão de Atos quase cheio para a aula inaugural do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS com Dilma Rousseff. Enquanto chega o público sob as luzes abertas da plateia, apraz, a nós, fazedores do *Jornal da Universidade*, ver o JU sendo folheado sob olhares atentos. A cena nos traz à mente uma série de curiosidades: em qual página estará aberto, que matérias despertam mais interesse, o que se pode ler nas expressões derivadas da leitura? Tais questões, nos momentos em que temos diante de nós leitores (e, portanto, a situação de comunicação), desencadeiam o desejo de uma abordagem especulativa. Não queremos nem pretendemos interromper essa circunstância de interação com o JU, que é, aliás, a finalidade do nosso fazer.

É impossível, contudo, ficarmos indiferentes, uma vez que, fruto dessa tensão positiva, uma espécie de cumplicidade se insinua entre nós e os leitores – mesmo que estes não tenham a menor ideia disso e de quem, afinal, sejamos. Nesse espaço de silêncio, repousa a necessidade de dizer-lhes o complexo processo de produção, crivado de concretíssimas dificuldades, imponderáveis desafios, movimentações em busca de fontes, uma miríade de assuntos, a angústia pelas posições assumidas, enfim, o trabalho que não pode ser apreendido na superfície da página e que se replica a cada nova edição.

A leitura é inerente ao fazer jornalístico. Aliás, em via de regra, está implicada no ato de produzir e publicar textos. Sobre esse aspecto, Laura Storch, estudiosa do tema, a

partir de uma perspectiva interacionista, explica “a leitura como um fenômeno de negociação de sentidos”, sendo assim “constitutivo do jornalismo”.

Em razão dessas inquietações e crenças, pensamos em realizar uma enquete para fazer chegar até nós a opinião de vocês, leitores, sobre o JU. Há dois meses a pesquisa está disponível online. Obtivemos 62 participações até agora. Apesar do universo de pessoas da comunidade acadêmica ser significativamente maior, compreendemos que as respostas desses leitores nos trazem indícios relevantes como amostra. A partir da análise dessas respostas, faremos uma “nova onda” para ampliar a rede de respondedores.

A amostra revela interessantes aspectos com relação à perspectiva dos leitores sobre o JU. Tomamos aqui as respostas mais incidentes para termos uma ideia dos resultados. Alguns itens, mesmo com baixa ocorrência, foram transcritos, no geral para promover contrapontos.

Na questão 1, “Por que você lê ou indicaria o JU?”, as respostas a seguir, somadas, respondem por 85 % dos resultados: *por abordar temas sobre a Universidade; devido à sua qualidade geral; por trazer artigos interessantes; pelos conteúdos e abordagens diferenciados; por ser formativo; pela sua diferença das demais mídias, etc.* Com 3%, somadas, dois aspectos menos abonadores: *mostra parte da realidade e leio porque recebo.*

Sobre a segunda questão da pesquisa, “Com que periodicidade você lê o JU?”, resultaram as seguintes posições: 46% lê toda edição; 28%, com frequência; 18%,

às vezes; e 8%, raramente. Essas respostas nos indicam que temos um público leitor assíduo de 74%, pela soma dos percentuais dos dois primeiros itens.

Quanto à terceira questão, “Como você avalia a abordagem das matérias do JU em relação à de outras mídias?”, as respostas com mais incidência (somadas: 53%) foram: *mais investigativa, densa, mais qualidade, isenta, menos superficial, diferentes pontos de vista.* Nem tudo são elogios, com respostas pontuais, como *parcial, alinhado à extrema esquerda*, que somam 3%.

Sobre a quarta pergunta, “De que maneira você acessa o JU?”, surgida de uma preocupação que nos coloca diante dos dilemas das mídias hoje: permanecer em meio físico ou tornar-se digital. Na enquete, o dobro de respondentes, em relação à mídia eletrônica, manifestaram-se a favor do impresso. Manter-se em ambos os formatos é a nossa posição editorial, uma vez que temos o maior carinho pelo ‘JU de papel’, sem desprezar o meio eletrônico, mas também não o sobrevalorizando.

Na questão cinco, “Qual a sua impressão geral do JU?”, a grande maioria o considerou ótimo; logo a seguir veio o gosto muito, o excelente e, ainda, o de qualidade. Resposta negativa com maior percentual (0,5%) foi a que aponta o caráter “tendencioso” do JU.

A 6.ª questão, “Você encontra no JU temas do seu interesse? Quais?”, nos trouxe os seguintes resultados positivos, que, somando os tópicos mais apontados, se aproximam de 70% do total de respostas: *sobre política; sobre problemas sociais; atualidades; sobre cultura; sobre a Universidade; sobre pesquisa.*

Sobre a 7.ª questão, “Se você entende que o JU deva ser diferente, como seria?”, as respostas mais recorrentes, somando 20% do total, foram: *está bom assim; deveria alcançar um público maior; variar o layout; e mudar o Issu (JU eletrônico).*

Por fim, no “Campo Aberto”, os comentários foram vários, desde “parabéns pelo JU”, “refúgio do pensamento crítico”, “dificuldade de acesso” (no Issu), “o receio de que o JU papel desapareça”, “deveria expor opiniões além da do jornalista”, “melhor jornal de Porto Alegre”.

Neste momento, enquanto a enquete segue, decidimos não fazer uma análise mais aprofundada dos resultados, deixando que estes falem por si. Seguiremos por mais um período com a pesquisa, que, como foi dito, servirá adiante de subsídio para um trabalho de investigação mais profundo – neste momento em construção. Importante dizer que temos monitorado as respostas dessa primeira etapa da enquete com muita curiosidade, reverberando entre nós as tantas informações que nos oferecem.

Colabore, afinal, o JU é nosso!!

*Revisor do *Jornal da Universidade*

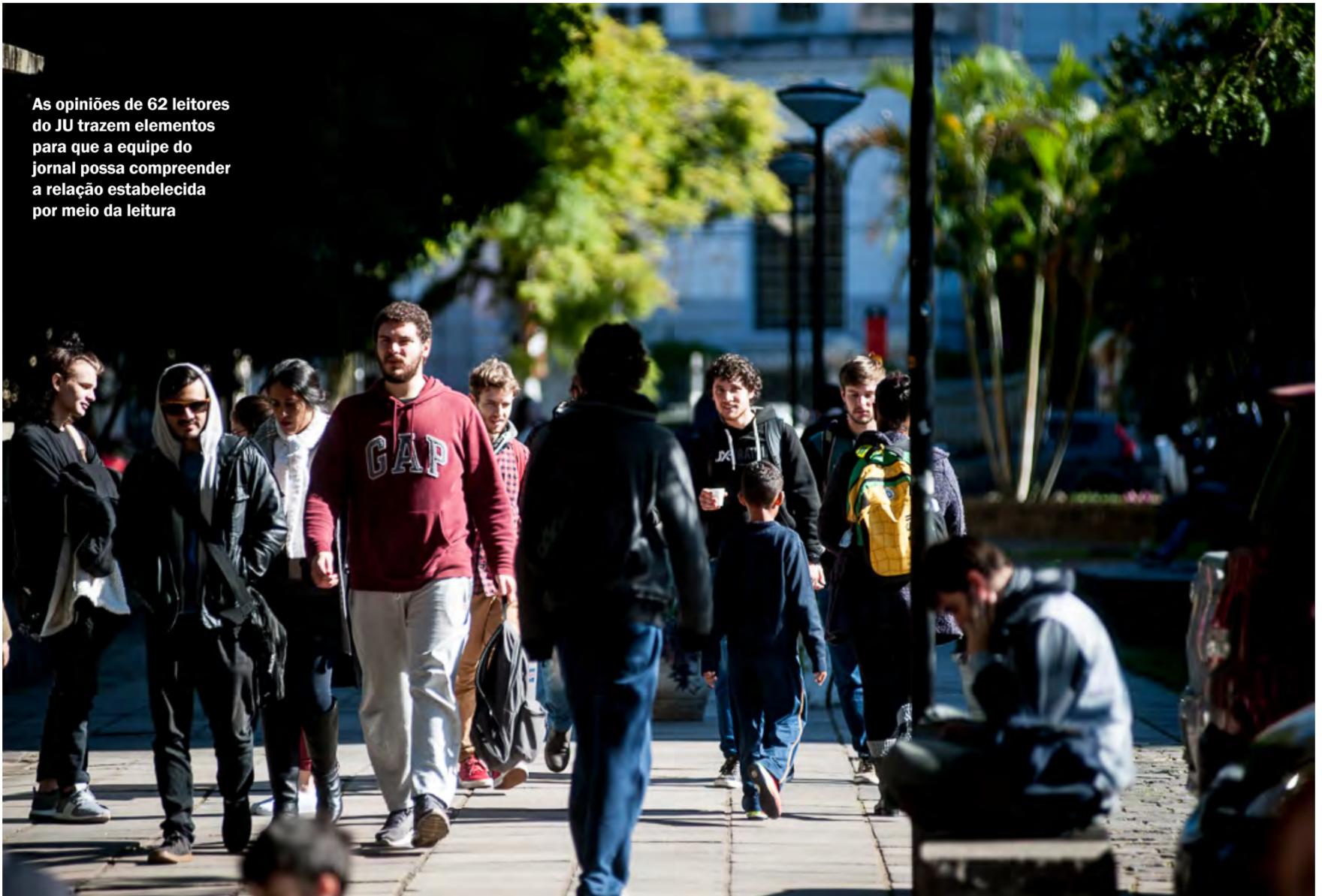
Enquete JU

Disponível em
<http://bitly.com/2ISu5V1>

Até agosto de 2017

FLÁVIO DUTRA/JU

As opiniões de 62 leitores do JU trazem elementos para que a equipe do jornal possa compreender a relação estabelecida por meio da leitura





Clássica e alternativa

ROCHELE ZANDINI/US/SECONA/UFRGS



Sala de cinema no Câmpus Centro atrai público de diversas idades

Cinema Sala Redenção completa 30 anos promovendo cultura e informação

A década de 80 em Porto Alegre foi marcada por uma grande efervescência cultural. As salas de cinema do centro da capital — Vitória, Caciue, Imperial, Guarani e Scala —, hoje extintas, lotavam em concorridas matinês. Em meio a esse cenário, em abril de 1987, o prédio da antiga Biblioteca Central da UFRGS é reformado, dando lugar à Sala Redenção. Em 2017 a sala completa três décadas de existência, resistindo como um dos poucos espaços gratuitos na cidade que resgata a história do cinema mundial.

Referência — A história da sala, porém, iniciou nos anos 60. A atual curadora, Tânia Cardoso, conta que naquela época, na gestão do reitor Eliseu Padilha, foram adquiridos equipamentos de 35 mm para as projeções — que ocorriam no Salão de Atos. Eram feitas exibições de grandes clássicos do cinema com sessões sempre muito lotadas. Nos anos 80, o então reitor Francisco Ferraz teve a ideia de construir um centro cultural no Câmpus Centro — surgindo assim o projeto de se ter uma sala de cinema de fato. “A inauguração foi no dia 22 de abril de 1987. Eu sei porque na primeira sessão aberta ao público eu estava. Eram curtas do Chaplin — mudos —, e eu era adolescente e estava tossindo muito, morrendo de vergonha. Isso me marcou bastante”, comenta Tânia, sorridente como se tivesse voltado no tempo.

Desde seu início, a Sala Redenção foi tomada como referência, principalmente por não existirem muitos espaços do circuito não comercial — salas como P.F Gestal e a Cinemateca Capitólio só seriam criadas mais tarde. Assim, desenvolveu-se um vínculo com o seu público, mantendo muitos frequentadores até os dias atuais. Aldovan Moraes estudou Filosofia e Ciências Sociais na UFRGS entre os anos de 1970 e 1980 e conta que, ainda que seja com interrupções, frequenta a sala desde a sua criação. “Tenho contato com as cadeiras da sala antes de ela existir, porque as cadeiras vieram lá do Salão de Atos — onde eu já frequentava.” Para ele,

acima de tudo, a sala proporciona uma relação passional entre o espectador e o local. “Não é somente o filme em exibição, mas há uma relação afetiva com esses cinemas que estão fora do eixo comercial. Frequentemente são filmes não recentes e que são de difícil acesso para quem não assiste à televisão”, acrescenta.

Resgate — Após alguns anos de sua inauguração, a sala passou por um longo período sem ter um projeto de curadoria. Em 2009, houve uma nova configuração no Departamento de Difusão Cultural. “Montamos mostras com temáticas ou com diretores, trouxemos novos realizadores, participamos de lançamentos — sempre com um enfoque na formação.” Em maio desse ano houve a Mostra Silvio Tendler: Brasil, história e memória, com doze documentários sobre a época da ditadura civil-militar no Brasil. Os amigos Antônio, publicitário, Liz e Rudimar, professores, nasceram no mesmo período dos documentários. Liz vem à Sala frequentemente, e Antônio costumava vir há 20 anos. A programação foi o motivo do encontro — e reencontro — dos três. “A Sala está resgatando [com essa programação] praticamente uma parte da educação que nós perdemos, do conflito que houve na década de 60, quando a Universidade teve todo aquele processo de integração com as manifestações que estavam acontecendo no país. Então, hoje, voltarmos aqui é resgatar essa cultura, retomar aquela parte da efervescência cultural e política que voltamos a ter. Eu acho que isso é se reapoderar”, declara Antônio.

Em 2010, um personagem importante entra para a história da Sala: Edgar Helldwing, atual projetorista. Ele veio da área da eletrônica, mas sempre teve o cinema como hobby. Edgar é o responsável pela preparação dos filmes — verificar se os arquivos estão corretos e em bom estado, checar se é necessário fazer a legendagem —, por colocar no projetor e fazer os ajustes necessários,

checar o som, enfim, deixar tudo pronto para a hora da sessão. Entretanto, o que torna seu trabalho tão especial é a relação com o público — é ele mesmo quem abre as portas, recepciona e dá informações. “Esse vínculo afetivo que criamos com os frequentadores faz as pessoas me procurarem para conversar sobre o filme — às vezes até sobre os seus problemas pessoais”, comenta Edgar. Para o projetorista, a proximidade com os espectadores proporciona também um cuidado pela sala, pois se cria um respeito por quem trabalha e pela instituição. “Eu considero um dos melhores lugares para se trabalhar dentro da UFRGS. Eu adoro isso aqui”, acentua.

Para todos os públicos — A sala conta com sessões diárias às 16h e 19h. No período da tarde, comparece um público mais idoso, que encontra ali uma forma de socializar e também uma atividade de entretenimento. Elsa Mara, de 73 anos, estudou na UFRGS há 50 anos e, desde o ano passado, retornou à Universidade para ir ao cinema. Moradora do Bom Fim, ela costuma vir sozinha às sessões da tarde. “Gosto porque acabo conhecendo também o sistema de outros países — já vi filmes árabes, franceses e alemães. Às vezes, na minha idade, eu perco o enredo um pouco, mas gosto das fotografias, da paisagem”, conta enquanto espera o longa *Planeta Proibido*, da Mostra de Ficção Científica, sentada em uma das poltronas localizadas bem no centro. Sérgio, de 70 anos, veio com a esposa, Iara, para assistir a um dos filmes da Mostra Jerry Lewis —, lembrando seus tempos de adolescente. “Eu estava conversando com o Edgar para saber quem costuma ver esses filmes, porque isso é coisa do tempo em que eu era guri e ia às matinês para assistir. O pessoal mais novo não conhece, não sabe quem ele foi”, conta, revelando uma característica da sala de preservar a história do cinema.

Além dos idosos, os estudantes também marcam presença. Muitas das sessões são

seguidas por debates com professores e pesquisadores. “Por estarmos num ambiente universitário, temos o compromisso com uma formação humanística. Pensamos em sessões com debates, na possibilidade de vários projetos internos da Universidade — de pessoas que usam o audiovisual — para pensar e explorar algumas temáticas importantes no meio acadêmico”, ressalta Tânia. A estudante do Colégio de Aplicação da UFRGS Marina Brum compareceu à sala pela primeira vez graças ao convite de seu professor, que estaria dando uma palestra após um dos filmes da Mostra Silvio Tendler. “Eu acho interessante porque a sala sempre traz filmes mais específicos — filmes antigos, políticos, história de países, etc. É muito mais interessante um cinema universitário do que comercial”, opina a estudante. Tânia observa que os livreiros de Porto Alegre também compõem esse público, assim como alunos da PUCRS ou da Unisinos que estudam cinema e que não têm uma sala própria em suas universidades.

Desde 2009, a Sala Redenção oferece uma programação constante e gratuita. Esse é um dos fatores que torna o local democrático e convidativo tanto para os amantes do cinema quanto para quem deseja assistir a um filme por puro deleite. Sônia, professora e tradutora, e Ângela, da área da nutrição, compartilham da mesma paixão pelo cinema e acharam na Sala Redenção uma forma de prazer sem custo. “Acho que eu já venho há mais de dez anos. É muito bom para quem não tem muitas condições de frequentar uma sala comercial — porque é cara”, comenta Sônia. De acordo com Tânia, são pessoas como Sônia e Ângela que inspiram a programação da Sala, que tem como objetivo oferecer uma programação formativa. “Nós queremos resgatar a história do cinema mundial, e esse é um trabalho que a Sala está conseguindo cumprir”, afirma.

Paula Barcellos,
estudante do 5.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Aprendizado lúdico

Brincadeira Projetos de extensão da Faculdade de Educação incentivam a brincadeira como instrumento para a construção do conhecimento e o desenvolvimento infantil

Na Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS, encontram-se diversos projetos de extensão que buscam valorizar a brincadeira, os jogos e as atividades manuais como ferramenta para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento infantil. A professora Tânia Ramos Fortuna foi uma das pioneiras a introduzir essa ideia. Atualmente professora da área de Psicologia da Educação na FACED, Tânia já atuou nos anos iniciais da educação infantil e também trabalhou com crianças com transtornos emocionais e de aprendizado. Nessa experiência, ela conta ter descoberto o poder da brincadeira na reconstrução dos laços da criança com suas competências e habilidades. “Na brincadeira, a criança tem a possibilidade de afirmar a sua potência, a sua autonomia, em última análise, de descobrir-se capaz.”

Em 1995, foi criado um curso de extensão para abordar o tema. A motivação veio da observação

de que existiam muitas lacunas na formação dos docentes, pois não havia, até então, nenhuma disciplina que abordasse sistematicamente e de forma profunda a questão da brincadeira e do jogo na educação. “Crendo na insuficiência do curso, Tânia continuou difundindo a ideia da brincadeira como análoga ao aprendizado em palestras, cursos e disciplinas, até que em 1998 decidiu, junto com seus alunos, buscar doações de brinquedos para criar um acervo — esta coleção se tornou a Brinquedoteca, que hoje conta com total de cinco mil brinquedos. “É para as pessoas da nossa comunidade usufruírem em suas práticas de ensino, nos seus momentos de lazer, em seus momentos em família.” No mesmo sentido, a professora criou o programa de extensão universitária *Quem quer brincar?*, composto por cursos, palestras, grupos de estudo, site e mural físico especializado, além da Brinquedoteca. O projeto tem parcerias com outras instituições e órgãos da Universidade, como escolas e o Museu da UFRGS.

“Estamos conseguindo influir na formação de pensamento na área do brincar, porém o brincar ainda não goza de um bom lugar em nossa cultura; a brincadeira ainda é vista como uma atividade que só faz quem não tem o que fazer, só faz quando sobra tempo.” Tânia defende que um ensino baseado no prazer é visto como não exitoso e ineficiente. Segundo ela, convencer professores e pais da legitimidade dessa abordagem é um grande desafio. Quando se está brincando, ainda que seja um jogo sobre a tabuada, se aprende muitas outras coisas além de operações matemáticas. Por isso, é difícil aferir a eficiência dessa

metodologia.

“O grande desafio é a gente deixar de ser onipotente como professor, abandonar nossa vontade de ter certezas e ceder a esse rumo que o jogo estabelece em sala de aula: deixar que o processo seja mais aberto e mais livre.” De acordo com a educadora, a aprendizagem é análoga à brincadeira. Enquanto se está brincando, se está desenvolvendo habilidades necessárias para o aprendizado de conteúdos específicos. “Não é só no sentido de que a brincadeira prepara para aprender; a brincadeira é ela mesma o aprendizado.” Segundo Tânia, esse ensino baseado no riso e na brincadeira é perfeitamente compatível com um aprendizado mais estruturalista e rigoroso. “O que muda é a presença ou não da alegria, da flexibilidade dos papéis, porque numa aula lúdica o professor aprende tanto quanto o aluno. Numa aula mais convencional, os papéis são mais rígidos: o professor ensina e o aluno aprende.”

Com objetivos semelhantes, a professora da FACED e chefe do Departamento de Estudos Especializados, Liliane Giordani, atua em dois projetos com a perspectiva do resgate da ludicidade, da arte, do jogo na escola: o Lobogames e Atelier Pedagógico Bilingue. O primeiro é um programa de extensão que a Faculdade de Educação realiza em parceria com o Instituto de Informática. O Lobogames foi instaurado em 2011 com a intenção de dar visibilidade a jogos seculares e não comercialmente explorados, como o Jogo da Velha. “A ideia é levar os jogos para a escola e fazer uma formação com os professores para que eles possam, então, aderir da forma que for melhor

essa possibilidade de as crianças e os adolescentes jogarem no ambiente escolar.” Já o Atelier Pedagógico Bilingue, relançado este ano, é um projeto de trabalho com a educação infantil que envolve crianças ouvintes e surdas. Nele são realizadas atividades psicomotoras para que a língua de sinais possa estar no campo de interação das crianças ouvintes. Ambos projetos têm alcançado resultados positivos. De acordo com a professora, crianças que eram vistas pelos seus professores como alunos que não davam conta das aprendizagens formais passaram a ocupar um lugar na escola de alguém que aprende. “Isso tudo é conhecimento, é uma forma de desenvolver o pensamento e as múltiplas inteligências para que exista espaço na escola para as diferentes formas e tempos de aprendizagem.”

Segundo a coordenadora do Departamento de Estudos Especializados, existe um vácuo entre a passagem das crianças do ensino infantil para o fundamental. Enquanto na educação infantil há uma flexibilidade maior entre a relação brincadeira e estudo formal, no fundamental o espaço da ludicidade sofre drástica redução. “É uma lástima gigantesca, porque o processo de alfabetização, o processo de letramento também depende desse mundo imaginativo e criativo.” A professora explica que não há uma dosagem correta de brincadeiras e ensino acadêmico, mas sim uma complementação entre as atividades. Como exemplo, ela cita a construção de uma bicicleta, por meio da qual a criança vai precisar aprender física e matemática para concluir o trabalho. “Esse espaço entre o tempo que se faz o brincar e o que

se faz o acadêmico não tem uma fronteira tão clara, vai depender muito da conquista e do compromisso que a criança assume frente a esse projeto de aprendizagem que ela mesma indica.” Dentro dessa proposta pedagógica de ensino, a atuação do professor será de intermediador, mostrando à criança as possibilidades de aprendizagem. Liliane ressalta que a brincadeira tem atuação importante também no aprendizado das relações humanas e na inteligência emocional. O “faz de conta”, por exemplo, é quando a criança exterioriza suas vivências ao inventar histórias.

Misturando a poesia, a sustentabilidade, a criação, a brincadeira e a filosofia com a educação, a professora de educação do campo Daniele Noal criou, em 2016, o programa de extensão Projeto Geringonça. O principal objetivo é ser um espaço para produzir coletividade, criação e interlocução entre os alunos de licenciatura em Pedagogia e de Ciências da Natureza da FACED. Inicialmente, o grupo era composto por alunos orientandos que já realizavam trabalhos em colégios da zona rural de Porto Alegre, como as escolas Almirante Barroso, a Mabilde, a Oscar Coelho e a Rincão. Dessa forma, o projeto atuou como orientação no trabalho de alunos da Pedagogia. “Nós imaginávamos que, por oficinas, por uma trajetória, um percurso que mostrasse a nossa itinerância por meio da fabulação, da graça, do riso, isso tudo seria bem recebido”. Em uma dessas atuações, foi criada uma mala itinerante para guardar, trocar e dividir artefatos e histórias entre alunos da FACED atuantes no projeto, professores das escolas rurais e agricultores. “Temos toda a magia dos agricultores contando sobre suas histórias, seus plantios, os caminhos rurais, a agroecologia, a sustentabilidade, a luta contra o uso de agrotóxicos.” A Daniele explica que a ideia é aproximar todos os núcleos atuantes nessa mala em uma arena de amizade e fabulação. Outra ação do Projeto Geringonça foi o desenvolvimento de hortas na Escola Mabilde, juntamente com a de panfletos sobre cada alimento plantado. A brincadeira para o Projeto Geringonça é uma atividade viva que se movimenta, experimenta e explora, explica a professora, e não um artefato que traz uma proposta mais limitada. Essa ideia se contrapõe à lógica do passo a passo do tabuleiro, que, de acordo com Daniele, é uma mecânica que não funciona na contemporaneidade. “Um jogo comprado ou fabricado pelo professor é importante, mas a brincadeira é um ethos do educador, ela faz parte da didática. Então, ela não precisa estar num material.”

Atividades lúdicas como jogar e brincar são importantes no desenvolvimento da criança



Dúvidas eleitorais

João Gilberto Lucas Coelho
Ex-integrante do PMDB e PSDB reflete sobre a expectativa de realização de eleições presidenciais

Samantha Klein

A possibilidade do impedimento de um segundo presidente em um mesmo mandato existe, mesmo que as chances sejam diminutas. Independentemente do lado da moeda e das ideologias, grupos da sociedade civil defendem a realização de eleições diretas. Em um cenário totalmente diferente daquele que emprestou o nome para as manifestações realizadas neste ano, a mobilização popular dos anos 1983-84 conhecida como Diretas Já foi intensamente vivida por políticos, sindicalistas, entidades, enfim, pela população. Os brasileiros ganharam as ruas e definitivamente retomaram a liberdade de se manifestar abertamente.

Uma das pessoas que foi às ruas naquele período em que se consolidava a irresistível abertura política e se clamava por poder de escolha do próximo presidente da República, foi o ex-vice-governador do Rio Grande do Sul, João Gilberto Lucas Coelho (1991-1995). O político participou das manifestações das Diretas Já que ocorreram em todo o país. Deputado federal por três mandatos pelo PMDB, Coelho fazia parte da ala de parlamentares mais radicais no Congresso. Ele faz uma reflexão sobre o movimento e garante que nem tudo foi em vão.

Como o senhor se envolveu na campanha das Diretas Já de 1983-84?

Do ponto de vista de campanha pelas Diretas, dentro do partido, estávamos em processo de sucessão na liderança da bancada com candidaturas de Freitas Nobre, que tinha trânsito entre os aliados do regime militar, de Carlos Santana, que representava a ala do Tancredo Neves, e havia eu, da banda mais rebelde do Movimento Democrático Brasileiro (MDB, depois PMDB). Isso proporcionou que todos os três acompanhassem os comícios das Diretas Já por todo o Brasil junto com o grupo de intelectuais e artistas, além do grupo de oposição política. No Congresso, fazia parte do grupo dos autênticos (em contraste ao dos moderados). Os autênticos faziam uma oposição mais contundente ao regime militar, apresentando propostas para marcar posição e provocar o debate. Uma delas era a convocação de uma Constituinte. Foi desse grupo que surgiu a emenda Dante de Oliveira, pelo então deputado do Mato Grosso, alinhado com a vanguarda do MDB.

Qual é sua opinião sobre as mobilizações deste ano?

Não dá para comparar o cenário da época com o da atualidade. Hoje, a escolha para presidente da República já é direta. Teremos eleições diretas no ano que vem. Conforme a Constituição, em eventual impedimento de Michel Temer, o que se faz hoje é apenas uma eleição no Congresso para suprir esses meses até o próximo pleito. A discussão é se mantemos o calendário normal ou rompemos com isso. Pessoalmente, defendo o cumprimento constitucional. É necessária



FLAVIO DUTRA/JU

essa transição com um mandato tampão; não se pode modificar a regra do jogo com a partida em andamento. Aliás, existe uma discussão muito grande sobre se é ou não possível modificar as regras eleitorais um ano antes de novas eleições.

O senhor vê muito pelo lado do Direito, como um constitucionalista. Mas como o seu lado político percebe a questão?

Em um momento de crise, o importante é manter a Constituição. Se a gente admite a mudança para o bem, também corre o risco de modificar para pior ou para muito pior. Não é à toa que existe previsão legal que impede qualquer modificação constitucional durante um estado de sítio. Além disso, há muitos interesses nesta campanha de Diretas Já, como a candidatura de determinadas pessoas. Acredito que seja um movimento perigoso que acaba por acirrar ainda mais os ânimos de diferentes alas.

Como iniciou a organização dos comícios das Diretas?

Estávamos nos aproximando de uma sucessão presidencial em que o lado que seria vencedor com maioria do colégio eleitoral não empolgava o time da resistência. Era Paulo Maluf e Mário Andreazza concorrendo pelo PDS (Partido Democrático Social, sigla que sucedeu a ARENA). Quanto à mobilização, o impacto começou forte porque já haviam ocorrido eleições diretas para os governos estaduais em 1982. A oposição tinha vencido em estados importantes como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, fazendo assim a frente para as mobilizações. Dessa forma, os próprios governos estaduais se envolveram na campanha. Lula, como liderança sindical, entidades como OAB e CNBB, artistas como Fafá de Belém, que foi a cantora das Diretas Já, tiveram papel importante nas mobilizações. A crise econômica também gerou rachaduras no sistema empresarial, colaborando para a mobilização popular. Na área da cultura, os artistas se juntaram rapidamente ao movimento. No primeiro comício em São Paulo, que coincidiu com o aniversário da cidade, a grande mídia disse que era uma festa de comemoração. Mas, aos poucos, todos foram percebendo o que estava acontecendo. Em

Minas Gerais, injustamente, atores foram achincalhados por atuarem na Globo. O “Fora Globo” não é novidade. Ali a imprensa teve de mudar a cobertura dos eventos porque a reação contrária seria muito grande por parte da população.

Como era a presença de Ulysses Guimarães?

Ele foi um indutor dos comícios, uma grande liderança. Convivi com ele, mas tínhamos uma relação conturbada (risos), porque ele era muito mais habilidoso politicamente, era mais do diálogo. Ele veio da dissidência do PDS, abrindo portas, mas com parcimônia. Dr. Ulysses gostava de me ouvir sobre questões regimentais, pois era minha a especialidade no Congresso, mas também me definia como um temperamento muito difícil. Houve um episódio sensacional entre nós. Estávamos no meio da campanha das Diretas Já e, em uma entrevista nos EUA, Ulysses admitiu que seria candidato à presidência da República. Nisso, os rebeldes do partido lançaram minha candidatura para a sucessão na bancada, só que ele queria a manutenção do Freitas Nobre. Naturalmente, ele não perdeu. Liguei para a minha casa e disse “deputado, soube pelos jornais de sua candidatura”. “Que coincidência”, retruquei, “soube pelos jornais dos EUA de sua candidatura.”

Mesmo derrotadas, o senhor considera que a campanha de 83/84 foi vitoriosa?

Foram vitoriosas do ponto de vista estratégico, mas não do ponto de vista momentâneo. Durante a votação da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, obteve-se a maioria dos votos, mas não os dois terços necessários para modificar a Constituição Federal. Por isso, a emenda não seguiu o rito de tramitação no Senado. Mas a fratura do regime já estava exposta porque parte dos deputados do PDS votou conosco, levando à vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral. A votação da Dante de Oliveira foi histórica; Brasília teve um impressionante aparato militar junto ao Congresso Nacional. Ainda tenho a gravata que utilizei durante a votação da emenda Dante de Oliveira. Um grupo de senhoras resolveu fazê-las amarelas de croché, símbolo das Diretas Já. Usávamos também um cravo amarelo. A inspiração

veio da Revolução dos Cravos. Mais tarde, após a rejeição da Emenda Dante, o governo Figueiredo enviou uma proposta de emenda constitucional (PEC) que visava evitar a elaboração de uma nova Constituição, com a previsão de eleições diretas no pleito seguinte ao que se aproximava.

Por conta dessa emenda, como foi a jogada que quase culminou na antecipação das diretas?

Naquele processo de abertura lenta e gradual, o governo militar propôs eleição indireta nas eleições seguintes e diretas na posterior. Percebi que o texto principal tratava da eleição direta. Assim, a eleição indireta era um destaque a ser votado em separado. Com isso, os deputados aliados ao governo militar precisariam de 2/3 da Casa para manter as eleições indiretas, e isso eles não teriam. Quando vi aquilo, alertei alguns líderes do partido e expus o que poderia ser jogada para conquistar a eleição direta imediatamente. Então fizemos um pacto de silêncio, que vazou. No dia seguinte, o *Correio Braziliense* trazia na capa a manchete *Oposição tem carta na mão para conseguir a direta*. No dia seguinte, o governo retirou a emenda. O deputado Marchezan reclamou até o final da vida, dizendo que aquilo seria uma mudança controlada.

Por que você saiu do PMDB e abandonou a política após o mandato como vice-governador?

Sempre disse que estou deputado, não sou deputado. Além disso, a incorporação do PP (Partido Popular) ao PMDB me desgostou muito porque o partido foi perdendo a sua identidade. Acabei participando da criação do PSDB, que depois também me decepcionou. Hoje sou um eleitor avulso e faço o que acho condenável: voto em pessoas de diferentes partidos. Acredito que as pessoas deveriam votar em uma lista, num determinado projeto, mas nos últimos anos ficou impossível, por isso, sou um eleitor sem vinculação partidária, assim como a maioria da população. A grande incapacidade da minha geração foi não conseguir dar legadas consolidadas ao Brasil, capazes de resistir às mudanças temporais na política brasileira. A coerência e a democracia interna das siglas, infelizmente, se perderam.

Fronteiras expostas

Segurança Brasil possui estrutura deficiente para controlar seus 16,8 mil quilômetros de divisa

Com uma extensão de quase 17 mil quilômetros de regiões limítrofes, o Brasil faz divisa com dez países: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. São 27 pontos de passagem terrestre ao longo da faixa territorial, que vai do Oiapoque, em Roraima, ao Chuí, no Rio Grande do Sul. A fragilidade dessas fronteiras voltou à tona desde a escolha do Brasil como o país sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Para garantir a segurança de um dos maiores eventos do planeta, o país intensificou o controle de fronteiras e aeroportos. As normas para os terminais aéreos ficaram mais rígidas, conforme o padrão internacional de segurança, e o governo federal criou o Comitê de Coordenação e Controle de Fronteiras. A comissão faz parte do Programa Nacional de Proteção Integrada em Fronteiras e tem por objetivo congregar o trabalho das diversas instituições envolvidas na fiscalização e segurança fronteiriça. Entre estas estão a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a Secretaria da Receita Federal, a Polícia Federal e o Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita), no entanto, a estrutura atual não suporta a demanda decorrente de um país com as dimensões do Brasil. Entre agosto de 2009 e maio de 2010, uma equipe do Sindireceita percorreu a fronteira brasileira a fim de mapear esses locais de passagem. O Projeto gerou o documentário e o livro-reportagem *Fronteiras Abertas*, que despiu a debilidade das fronteiras brasileiras.

Fragilidades — Ao longo da expedição que realizaram país a fora, os membros do Sindireceita flagraram embarcações que cruzavam os rios que marcam as fronteiras brasileiras nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul sem qualquer tipo de fiscalização. Vias fluviais como Uruguai, Paraná, Paraguai, Oiapoque e Solimões servem de rota para traficantes e contrabandistas que usam portos clandestinos para ingressar no Brasil. Exemplo dessa situação é a cidade de Porto Murinho, localizada a 430 Km de Campo Grande (MS) às margens do Rio Paraguai. Num rio de fluxo intenso, pequenas embarcações fazem o transporte de brasileiros a um pequeno centro comercial do lado paraguaio que vende bebidas e produtos importados. O posto da Receita Federal da cidade estava praticamente inativo:

contava com apenas um servidor do quadro administrativo; ele acompanhava o carregamento das embarcações, mas não ocorria fiscalização na área.

De acordo com o Sindicato, a aduana brasileira apresenta carência de investimentos, especialmente no seu quadro funcional e na sua estrutura. Hoje, a Receita Federal conta com cerca de 19.000 profissionais. Do total, 2.924 funcionários, 15% do pessoal, atuam nos 27 postos da RF ao longo da fronteira. É com esse efetivo que as alfândegas operam na fiscalização, vigilância e no controle de veículos, cargas e pessoas que entram e saem do país.

Criminalidade — O estudo *Características das Sociedades de Fronteira*, realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (Idesf) em 2015, apontou a relação da criminalidade com o contrabando e o tráfico de drogas. A pesquisa indicou que o número de homicídios em cidades de fronteira, entre 2008 e 2013, é maior do que no restante do país. O índice geral nas cidades gêmeas é de 34,2 homicídios, enquanto a média nacional é de 27,71. “É inegável que estes altos índices de violência freiam o crescimento econômico e oprimem a população”, é afirmado na pesquisa em que se fez uma análise detalhada das condições sociais e econômicas das 30 cidades de fronteira. Conforme o Ministério de Relações Exteriores, são R\$ 30 bilhões em contrabando por ano, o que significa que se perdem pelo menos R\$ 20 milhões em receita. O professor de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da UFRGS Érico Duarte explica que a solução para o problema da falta de segurança nos limites do país seria a criação de um Departamento-agência com a tarefa prioritária de coordenar os trabalhos de fiscalização e controle na fronteira junto com uma polícia fazendária. “Países com tamanho equivalente ao do Brasil e mesmo menores, como Alemanha, Inglaterra, Argentina e Uruguai, têm um Ministério de Interior que cuida das áreas de acesso de produtos e pessoas com uma polícia de estrutura federal. No Brasil, existem vários departamentos de diversos ministérios que cumprem uma parte dessa função”, pondera o professor. Érico completa que a criação de um departamento específico para a fronteira liberaria a Polícia Federal para uma ação puramente investigativa.

Cássia de Oliveira,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo na UFRGS



No Salgado Filho, passageiro aguarda para passar por aparelho de raios X. Segurança nos aeroportos brasileiros foi reforçada a partir dos eventos esportivos mundiais sediados pelo país

Responsabilidade

Segundo o pesquisador Érico Duarte, vinculado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais, a segurança em fronteiras e aeroportos é responsabilidade principalmente da Polícia Federal, entretanto a instituição não tem efetivo para realizar a tarefa de maneira eficaz. A partir de 1997, com o projeto Calha Norte, essa função começou a ser transferida ao Exército. Hoje, as Forças Armadas têm poder de ação policial em um perímetro de 50 quilômetros para dentro em toda a fronteira brasileira. Porém, o docente ressalta que o Exército também não possui estrutura suficiente para controlar o território limítrofe do país.

Já na fronteira marítima se opera uma ação coordenada pelas concessões de portos e pela Marinha do Brasil, mas esta última cuida principalmente do tráfego e do atendimento a acidentes e incidentes, e não dos protocolos de uso de containers, que começa e termina em terra. De acordo com Érico, a principal via para produtos ilegais é o mar: “O maior fluxo de contrabando no mundo é no Oceano Atlântico e no Oceano Índico, e depois são as fronteiras terrestres. Os

produtos contrabandeados vão dentro de contêineres de navios legais porque existe pouca fiscalização por parte das empresas terceirizadas responsáveis pelo abastecimento dos recipientes de carga. Ninguém controla o que está se colocando ali dentro; é nesse processo que tem maior probabilidade de contrabando, tráfico de pessoas e tráfico de drogas”.

Por vias aéreas também ocorre contrabando, mas é numa escala menor, afirma o professor: “O crime mais comum é o furto de bagagens”. Com as reformas para os Jogos Olímpicos houve uma melhora na qualidade da fiscalização nos aeroportos. O docente observa ainda que a modernização da arquitetura em terminais aéreos melhora a fiscalização e o combate a possíveis eventos criminosos: “Os mais antigos, como Galeão e Salgado Filho, estão estruturados em sistema de bolos (vários andares). Isso dificulta a fiscalização e se acontecer algum problema: é mais difícil isolar um caso de violência ou atentado, por exemplo. Os aeroportos internacionais mais modernos são alongados justamente para monitorar melhor”.



Para além da seleção natural

Evolução Debate atual sugere a prevalência de outros mecanismos no processo evolutivo

Felipe Ewald

Em 1964, William Hamilton propôs uma explicação ao que era um dilema para Charles Darwin e sua teoria da evolução: como é que, por exemplo, as abelhas operárias, que não são reprodutoras, conseguem permanecer até hoje. O conceito de seleção natural não dava conta disso. Hamilton propôs um processo de seleção indireta que reconhece que se um indivíduo não reproduz, mas auxilia um parente biológico a reproduzir mais do que faria sem essa ajuda, mesmo assim persevera. Esse indivíduo que pode não reproduzir tem uma aptidão inclusiva, e não mais, como na visão tradicional darwiniana, uma aptidão zero. Essa noção ajuda a explicar como surgiu o altruísmo em vários grupos de organismos. Um exemplo disso são os tecidos vegetais: quando uma semente está germinando, dentro dela há um tecido que serve unicamente à sua alimentação para promover a formação do embrião e, posteriormente, da planta. Esse tecido é altruísta porque se sacrifica para que o organismo se desenvolva.

Como é comum na história da ciência, a evolução das ideias se dá por processos de debates e polarizações até que o conhecimento se acomode em novas sínteses. É assim que a proposta de Hamilton acaba por ser incorporada à teoria tradicional. Outras ideias, no entanto, ainda são alvo de disputas na teoria evolutiva. Alguns desses debates vamos percorrer, na sequência, conduzidos por Aldo Mellender de Araújo, professor do departamento de genética da UFRGS e membro da Associação Brasileira de Filosofia e História da Biologia. Todas as informações apresentadas são fruto de uma demorada entrevista concedida ao JU.

Neutralismo — A teoria evolutiva tradicional, que se chama síntese moderna ou síntese evolutiva, se estabeleceu entre nos anos 1930 e reinou absoluta até os anos 1960. Em 1968, Motoo Kimura propôs que a seleção natural tem um papel pequeno na evolução molecular. Amparado em modelos matemáticos, ele defendia que as mudanças são constantes e estão

ligadas ao mecanismo de deriva genética, que ocorre ao acaso e que já era conhecido, mas considerado muito pouco importante pela tradição. Esse processo, chamado de mutação neutra, prevê que a cada geração têm-se mutantes novos, mas que a deriva elimina uma parte das mutações de tal maneira que se estabelece um equilíbrio entre aquilo que entra e aquilo que sai do genoma.

Uma série de trabalhos surgiu na sequência procurando refutá-lo. No entanto, em 1969, King e Jukes refazem alguns cálculos de Kimura e concluem que ele foi conservador, chegando a resultados ainda mais bombásticos. Com isso, ganhou força a ideia de que havia algo mais do que a seleção natural no processo de evolução e seguiu-se uma longa contenda entre selecionismo e neutralismo. Finalmente, as evidências apresentadas se tornaram tão claras que a seleção neutra acabou aceita. Os livros-texto de evolução publicados a partir dos anos 1990 já têm um capítulo sobre a teoria da neutralidade.

Desenvolvimento — Outro ponto de disputa deu-se em torno do desenvolvimento embrionário dos organismos, que, até os anos 1970, era uma caixa-preta. Nessa década, começou-se a trabalhar com essa questão a partir de indivíduos mutantes da mosca das frutas. Em vez de um par de asas e outro de halteres, estrutura que auxilia na aerodinâmica do voo, apareciam quatro asas. Verificou-se que, nesses casos, o gene que dá origem ao tórax, às asas e aos halteres estava duplicado. Com isso, soube-se que o desenvolvimento embrionário dependia de pacotes de genes, muito importantes para a formação de segmentos do corpo. Ao final dos anos 1980, já se sabia que, quando o embrião da mosca da fruta começa a se desenvolver, é possível identificar os diferentes segmentos que formarão seu corpo.

Na década seguinte, foram descobertos os genes que realizam isso, dando origem à biologia evolutiva do desenvolvimento (evo-devo). Todos os organismos dependem de blocos de genes que controlam o desenvolvimento de partes do corpo. Se um bloco de genes está ausente ou sofre mutação, as estruturas resultantes terão grandes alterações. O que se evidencia com isso é que, na evolução, de um adulto não se faz diretamente outro adulto. Se ocorre alteração que gera nova espécie, isso significa que a biologia do desenvolvimento dos indivíduos está se dando de forma diferente. Assim, a partir da evo-devo, pressupõe-se que qualquer mudança passa pelo desenvol-

vimento. A compreensão disso gera uma revolução porque foge dos padrões da síntese moderna e mais ainda do texto de Darwin, o qual nem conheceu a genética. Atualmente, qualquer livro-texto contém um capítulo sobre isso.

Ambiente — Diante do surgimento desses novos conhecimentos, já no final do século XX começaram a surgir inúmeros artigos defendendo a necessidade de uma nova síntese. Em 2008 foi realizada uma reunião em Altenberg, na Áustria, da qual participaram 16 pesquisadores que elaboraram uma proposta oficial, do que resultou, em 2010, o livro *A Síntese Estendida*.

Nessa extensão da síntese evolutiva propõe-se que existe um viés no desenvolvimento com mudanças evolutivas ocorridas em função de alterações ambientais, o que era negado pela síntese moderna. Nesta havia a primazia do gene, o qual estaria associado

diretamente a uma característica final, sem possibilidades de interferências do ambiente. A partir da evo-devo propõe-se que o desenvolvimento pressupõe interação entre genes diferentes. A questão é que essa interação responde a variações do ambiente, podendo, portanto, haver mudanças no desenvolvimento.

Presume-se que o ambiente possa instruir o que o genoma deva fazer. Por exemplo, há uma espécie de borboleta na Europa que tem uma forma na primavera, outra no outono e outra no verão. Se parecem tão pouco, que alguns autores no passado chegavam a classificá-las como espécies diferentes. As situações climáticas distintas levam a cores completamente diferentes, o que se realiza por mudanças durante o período de desenvolvimento. Ou seja, um mesmo genoma não gera sempre uma mesma expressão; considera-se que há uma interação entre

gene e ambiente, tendo este uma influência muito grande.

Na síntese estendida, a ecologia também passa a ter um papel de causa do processo evolutivo, o que nos leva à teoria de construção e herança de nicho. Um exemplo de que os organismos constroem seus nichos é a teia de aranha. Sua transmissão se dá de geração em geração, mas inicialmente houve uma indução do ambiente. Assim se deu a construção de um novo nicho, cujo processo passou a ser herdado. É algo inscrito no genoma da espécie. Pela teoria tradicional, ao contrário, compreende-se que os indivíduos têm genes de aprendizado e só aqueles que constroem a teia é que têm sucesso reprodutivo – ou seja, dá-se a partir da visão do gene. Na síntese estendida, entende-se que foi o ambiente que provocou isso, sendo capaz de modificar os genes. Essas proposições, no entanto, ainda são alvo de disputa.



Para a síntese evolutiva estendida, a produção de teias pelas aranhas foi um processo induzido pelo ambiente e posteriormente inscrito em seu genoma



Reflexões pertinentes

Comunicação e informação *Obras debatem questões teóricas e empíricas para comemorar os 20 anos do PPGCOM da UFRGS*

Everton Cardoso

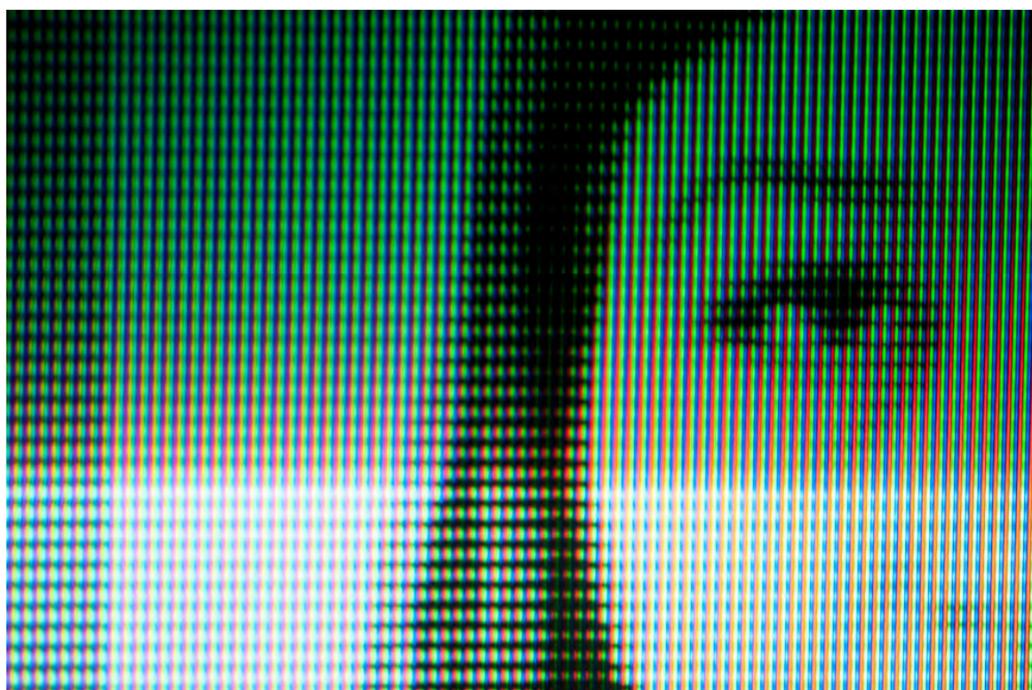
Quando, cotidianamente, se trata da sociedade contemporânea, as ideias de comunicação e informação são centrais: há muito conhecimento; é necessário entender os processos de produção e circulação e as formas que ele adquire; maior ainda é a necessidade de selecionar, compreender e armazenar ou não esse volume de saberes. É nesse sentido que a pesquisa sobre esses fenômenos ganha importância. Na UFRGS, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação tem ocupado esse espaço nos últimos 20 anos com estudos que tratam de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Biblioteconomia, Arquivologia e áreas afins. Para marcar essa efeméride, o corpo docente do PPGCOM organizou duas obras.

A primeira delas – *Epistemologias, Comunicação e Informação* – reúne um conjunto de dez textos de diferentes pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre as duas áreas de conhecimento. A pesquisadora Cida Golin, da linha de Jornalismo e Processos Editoriais do programa, está entre os organizadores da obra e enfatiza que, na concepção desse projeto, partiram de uma ideia interdisciplinar. “Pretendíamos oferecer à comunidade acadêmica um livro que problematizasse aproximações e divergências entre Comunicação e Informa-

ção, que buscasse identificar e tensionar as relações históricas, epistemológicas e institucionais a partir de usos e apropriações dos dois conceitos”, explica. O lugar dessas áreas de conhecimento, as suas constituições, os seus objetos e os impactos das configurações da atualidade sobre elas estão entre os temas abordados. “Os textos oferecem pistas para perceber o movimento das correntes de pensamento e de suas lutas simbólicas dentro do campo acadêmico”, diz a docente sobre o que considera ser um mapa de leitura desse entrecruzamento de áreas.

O outro livro, *Pesquisa, Comunicação, Informação*, tem por objetivo apresentar pesquisas de professores ligados ao programa, de forma a reunir os resultados em um espaço comum. Segundo a investigadora Nísia Martins do Rosário, vinculada à linha de pesquisa em Cultura e Significação e uma das organizadoras, os 21 textos transitam entre a problematização teórica e a apresentação de resultados empíricos. As temáticas abordam questões relativas às redes sociais e tecnologias, às práticas e aos produtos jornalísticos, à publicidade, à comunicação organizacional, à comunicação pública e à própria pesquisa na área. São, portanto, diferentes vieses que articulam as diferentes perspectivas abrangidas pelo programa.

Ambas as obras, portanto, consistem em itens importantes



Detalhe da tela de TV com a repórter Gabriela Ferreira durante programação da Globo News

para se entender a constituição da pesquisa produzida no PPGCOM/UFRGS – seja pelo ponto de vista de seus professores, seja pelo olhar dos autores com os quais estes dialogam. Ainda, oferecem uma perspectiva mais abrangente e aprofundada sobre a relação e a problematização de duas áreas, que já há algum tempo, no contexto da pós-graduação brasileira, vêm se autonomizando e seguindo rumos que as distanciam, ainda que não as tornem excludentes nem lhes retirem o caráter inter e transdisciplinar.



Epistemologias, Comunicação e Informação

Valdir Morigi, Nilda Jacks e Cida Golin (orgs.)
Porto Alegre: Sulina, 2016
223 páginas | R\$ 44 (preço médio)



Pesquisa, Comunicação, Informação

Nísia Martins do Rosário e Alexandre Rocha da Silva (orgs.)
Porto Alegre: Sulina, 2016
407 páginas | R\$ 60 (preço médio)



Outras Áfricas: elementos para uma literatura da África

Zuleide Duarte | Recife: Massangana, 2012
156 páginas | R\$ 39,90 (preço médio)

Identidades lusófonas

A busca por uma identidade, principalmente na atual conjuntura de globalização, vem sendo apontada como o objetivo das chamadas “culturas emergentes”. Países como a África e o Brasil, tão marcados por uma multiculturalidade, encaixam-se nesse perfil. É a partir desse panorama que a escritora e professora de literatura portuguesa Zuleide Duarte reúne no livro *Outras Áfricas - elementos para uma literatura da África* ensaios sobre diferentes autores brasileiros, portugueses e africanos. O objetivo da obra é comparar essas literaturas e apontar aspectos culturais dessas sociedades que contribuam para a criação de uma identidade.

A familiaridade da autora com o assunto – Zuleide há muito é pesquisadora dessa temática – permite-a fazer uma análise profunda de autores lusófonos e de suas obras. Tais estudos são feitos no sentido da aproximação de traços culturais, registros, dicções, fontes e tempos. Dividida em 14 capítulos, a obra começa pelas contribuições do autor angolano Inácio

Ribeiro de Andrade – que se repetirão ao longo do livro –, passando por estudos de autores como Fernando Pessoa e Adonias Filho, sem esquecer, ainda, da literatura feminina, com nomes como os das escritoras moçambicanas Paulina Chiziane e Lília Moplé.

Temas como o exílio, a busca de uma identidade e comparações de escritas são comuns ao longo do livro, e acabam por revelar, em muitos casos, a inspiração que os escritores desses países têm entre si. A leitura de *Outras Áfricas* não é relevante apenas para se compreender e saber mais sobre as literaturas africanas, mas, sim, para se ter um panorama das contribuições dessa literatura, a fim de entender as sociedades africanas a partir de diferentes perspectivas. E não somente isso: pode ser ainda uma referência para nós, brasileiros, olharmos as nossas construções literárias, culturais e sociais em meio a toda essa intersecção de culturas que nos cercam e entendermos a nossa própria multiculturalidade. (Paula Barcellos)



Guia de Arquitetura de Porto Alegre

Rodrigo Poltosi; Vlademir Roman | Porto Alegre: Escritos, 2017
232 páginas | R\$ 42 (preço médio)

Para melhor ver a cidade

A ideia de um guia sobre uma cidade é sempre uma forma de, a partir de certo ponto de vista e com determinado viés, sintetizá-la. Nesse sentido, o *Guia de Arquitetura de Porto Alegre* é uma iniciativa editorial interessante. Pretende, com base em escolhas feitas por arquitetos – Rodrigo Poltosi e Vlademir Roman, os autores – apresentar edificações e espaços que se tornaram marcantes na paisagem urbana da capital. Organizada em forma de linha do tempo a partir de datas que tenham sido importantes para cada um dos elementos escolhidos, a obra faz um apanhado bastante abrangente e acertado dos estilos colonial, eclético, *art nouveau*, modernista e mesmo das tendências contemporâneas. Resta, porém, uma dúvida com relação a essa organização: um guia é pensado para que o usuário possa levá-lo em mãos no momento de buscar as referências apresentadas; não seria mais útil a alguém andando pela cidade uma apresentação a partir de rotas e de proximidades geográficas? Em tempo: há um mapa encartado que acaba, de alguma forma, cumprindo essa função.

Um dos pontos positivos é que aparecem parques da cidade – como Redenção, Marinha do Brasil e Parcão – e espaços como os que margeiam o Guaíba. Estes últimos, aliás, tanto na perspectiva do Cais Mauá, de 1910, quanto do projeto de revitalização da orla – este ainda por concluir. Merece destaque a curiosa Casa Mínima – situada da Cidade Baixa e com 4,40 m de largura. Os textos são apresentados em português, inglês e espanhol, o que dá uma amplitude à obra. Trazem detalhes importantes das construções, mas adotam um jargão típico da arquitetura e, em muitos casos, acabam por ser demasiado sucintos. Resta, depois da leitura, a impressão de que o livro fica a meio caminho entre um leitor especializado – a quem faltariam mais dados técnicos e abordagens mais contextuais e históricas – e outro leigo – a quem agradariam curiosidades e outros elementos que deixassem o texto menos árido. Ainda assim, é um ótimo ponto de partida para quem, ao transitar pela capital, tem um olhar mais inquieto para os arredores. (Everton Cardoso)



Percursos de uma intelectual

Os fichários que Sandra usava em suas pesquisas em periódicos eram “famosos” entre os bolsistas que a auxiliavam nos estudos

Memória

Documentos de pesquisa da historiadora Sandra Pesavento estão disponíveis para consulta

Felipe Ewald

A celebração da memória das pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para o debate na esfera pública ainda não conquistou uma posição sólida no Rio Grande do Sul. A consolidação desse espaço, enquanto não há políticas públicas que respaldem a compreensão acerca da necessidade de se conhecer as ideias do passado, vai sendo feita de maneira pontual e, até mesmo, artesanal. É nesse cenário que se insere a iniciativa de tornar público o material deixado pela historiadora e ex-professora da UFRGS Sandra Jatahy Pesavento, falecida em 2009.

Reconhecidamente uma pessoa metódica, em sua casa, guardava uma farta quantidade de anotações, registros e documentos relativos a suas pesquisas e às vivências que a vida acadêmica lhe proporcionou. No final de 2014, todo esse material, acrescido de sua biblioteca pessoal com quase 5.000 itens, foi colocado sob custódia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e começa a vir à luz. No site da instituição (www.ihgrgs.org.br, na seção Biblioteca Online)

já é possível acessar toda a obra da historiadora gratuitamente. Todos os 51 livros – alguns esgotados – e 85 capítulos escritos por ela foram digitalizados por iniciativa da família. Recentemente, foi lançado o site sandrapesavento.org, do qual constam vídeos, imagens, alguns documentos digitais e uma biografia de Sandra.

Ciclo completo — Miguel do Espírito Santo, atual presidente do IHGRGS, ressalta que Sandra fez parte do processo de renovação da história do Rio Grande do Sul posto em curso pela geração que se formava nos anos 1970. A biblioteca que o instituto passou a custodiar, segundo ele, tem relevância porque, por intermédio dela, se pode testemunhar o percurso intelectual da historiadora, já que subsidiou os programas de ensino que esta elaborou ao longo da vida acadêmica. Assim, obtemos um vislumbre sobre a formação do seu pensamento

“O acervo documental também é muito importante porque nele encontramos todo o processo de construção do pensamento original de uma intelectual: como ela se forma, como constrói sua episteme, como se lançou e se firmou dentro do nosso panorama, como elaborou seus planos de aula, quais fontes selecionou, como ela orientava a pesquisa de seus alunos”, avalia o presidente do IHGRGS. Além dos métodos de pesquisa de Sandra, é possível ver, no material, a forma como ela os transmitia para os orientandos. “Isso é extremamente enriquecedor porque aí temos um ciclo que se fecha, que está completo. Em geral, nos acervos, temos o registro apenas de partes do ciclo. O arco completo é muito raro”, conclui.

Preciosidades — Nádia Maria Weber Santos, curadora do acervo e membro-pesquisadora do IHGRGS, ressalta que se trata de um material riquíssimo, pois mostra os 40 anos de pesquisa de Sandra: transita da história econômica, no início da carreira, até chegar à história cultural. “Agora, manipulando os documentos, a gente vê como ela era organizada. O material de pesquisa já está praticamente sistematizado. Por exemplo, estão em ordem todas as fichas com a transcrição de trechos de jornais de Porto Alegre do século XIX consultados por ela e seus bolsistas no Museu Hipólito José da Costa”, admira-se Nádia.

Outros itens que revelam sua meticulosidade e seu processo de trabalho são: os fichamentos das ideias de autores clássicos, uma pasta com as arguições que fazia em bancas, relatos dos debates realizados em eventos, cadernos mantidos por ela quando aluna – desde a escola até o doutorado –, inúmeras transcrições ou cópias de fontes documentais. Para Nádia, no entanto, uma das maiores preciosidades é a linha do tempo intelectual que Sandra fez de si mesma: “São 17 folhas horizontais com a teoria da história a que se vinculava no período, os autores que lia e sua produção intelectual decorrente daquilo”, entusiasma-se.

Financiamento — Toda essa riqueza, contudo, ainda não está disponível, pois é preciso transpor o entrave da obtenção de financiamento para finalizar o processo de sistematização do acervo. Só assim ele se tornará produtivo e acessível. “A biblioteca, por exemplo, tem obras raras e muito relevantes para os pesquisadores, mas que não podem ser consultadas, porque os

livros ainda não foram catalogados”, exemplifica Nádia.

No momento, relata a curadora, a organização dos documentos está quase no final: “Estamos colocando o material em caixas temáticas, tentando respeitar ao máximo possível a organização que a própria Sandra já tinha dado”. Tudo o que já foi feito contou unicamente com o trabalho voluntário de algumas pessoas, como Francielle Garcia, ex-bolsista de Nádia, que colabora no processo de descrição.

Outra voluntária é Anelda Pereira de Oliveira, que foi orientanda de mestrado da professora Sandra. Como servidora aposentada do arquivo do Tribunal de Justiça do estado, contribui com sua experiência na organização e sistematização dos documentos. Na equipe de trabalho desde que se começou a mexer no material do acervo em maio de 2016, ela afirma ter muito gosto em colaborar como voluntária, porque sentia que a ex-orientadora era muito amiga. “Muita gente que foi bem encaminhada na carreira acadêmica pela Sandra, que era muito generosa, não se apresenta para colaborar e, de alguma forma, retribuir um pouco o impulso que recebeu”, critica.

Pesquisa — Luciana Gransotto também contribuiu para a organização do acervo e se interessou por alguns objetos com que teve contato. Atualmente, cursa doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina e incluiu em seu projeto de pesquisa sobre sensibilidades femininas a análise de materiais de viagem de Sandra: os carnets de voyage (relatos que

ela enviou por e-mail para alguns amigos com impressões do que observava em viagens) e os álbuns de fotografia (em torno de 100, montados por ela em papéis coloridos e reunidos em pastas).

“O acesso e a pesquisa no acervo da historiadora, a partir das suas obras e escritos, principalmente nas suas reflexões relacionadas a cidade, sensibilidades e imagens, será imprescindível para que eu possa analisar, paralelamente, os seus materiais pessoais de viagem”, explica Luciana.

Acervos — Regina Zilberman, professora do Instituto de Letras da UFRGS, constata que, apesar de o reconhecimento a respeito da importância dos acervos ter crescido no Brasil, ainda constitui um entrave à sua manutenção. Depende de vontade política e de recursos econômicos capazes de sustentar os pesquisadores, os bolsistas e a estrutura física. “Quando começamos, Maria da Glória Bordini e eu, na PUCRS, o trabalho de organização de acervos literários, a partir do legado de Erico Verissimo, praticamente só existia no Brasil o trabalho do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da USP, e da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Hoje, há acervos relevantes em Minas Gerais e na Bahia, para lembrar o Acervo dos Escritores Mineiros, da UFMG, ou a Casa Jorge Amado, em Salvador. Não podemos esquecer, no Rio de Janeiro, do Instituto Moreira Salles. E, no Rio Grande do Sul, podem-se destacar várias iniciativas, como a da Universidade de Passo Fundo, que zela pelo espólio de Josué Guimarães, entre outras”, enumera.



DESTAQUE

Outros sons no Salão de Atos

Som do Salão A Universidade abre espaço para novos músicos, estreita laços com a comunidade porto-alegrense e fomenta a cultura local

Imagine se apresentar para mais de mil pessoas com direito a estrutura de luz e som do Salão de Atos e ainda a ganhar o material audiovisual do seu show produzido pela UFRGS TV. Com essa proposta, o Som no Salão volta à agenda musical da comunidade de Porto Alegre e Região Metropolitana em sua sétima edição no mês de julho. O projeto traz aos palcos do Salão de Atos o que há de novo em produção musical autoral do estado desde 2011, quando deixou de sediar apenas eventos relacionados à Universidade e passou a ter seu projeto próprio. Desde então, o Som no Salão recebeu mais de quinhentas inscrições e sediou 26 espetáculos. A ideia surgiu após muitas solicitações de artistas e grupos musicais para se apresentarem no palco principal da Universidade. “Então tivemos a ideia do Som no Salão em que, ao estabelecermos um edital, obtemos uma maneira democrática de seleção desses projetos musicais”, conta Lívia Biasotto, administradora e produtora cultural do Salão de Atos.

Por meio de uma comissão avaliadora formada por técnicos administrativos, professores e membros da comunidade cultural de Porto Alegre, anualmente são selecionados quatro nomes da música autoral local entre cerca de cem inscritos. Dentre os critérios de escolha estão a qualidade do trabalho, a originalidade e a singularidade. A comissão avaliadora também tem um cuidado para selecionar artistas que não tenham uma carreira consolidada. Além disso, a programação dos espetáculos se caracteriza por



FLAVIO DUTRA/JU

abranjer uma diversidade de estilos musicais. “Temos esse cuidado para conseguirmos formar o máximo de público, porque acreditamos que trazer uma diversidade musical para o palco do Salão de Atos é uma forma de formar plateia e também de fazer cultura dentro de uma universidade pública.”

Este ano, o Som no Salão traz à comunidade folclores brasileiros, MPB, jazz, música instrumental, choro, samba e ritmos latinos. Paola Kirst, Três Marias, Voo Livre e Conjunto Linhares, La Digna Rabia são os nomes selecionados para o projeto neste ano. As apresentações serão

nos dias 19 de julho, 13 de setembro, 11 de outubro e 01 de novembro, respectivamente. Os shows ocorrerão sempre às quartas-feiras, às 20h, com entrada franca com a doação de um quilo de alimento.

“É uma oportunidade de entrar em contato com o que está sendo produzido atualmente em termos de música autoral. É uma forma de estreitar os laços da comunidade de Porto Alegre com a Universidade e com esses novos projetos”, sintetiza Lívia.

Vanessa Petuco,
estudante do 5.º semestre de
jornalismo na UFRGS

CINEMA

Mostra
Tela indígena

Divulga filmes realizados por indígenas. Após as sessões, propõe-se um debate acerca do conteúdo assistido.



ETE LONDRES – LONDRES COMO UMA ALDEIA (Brasil, 2016, documentário, 30 min) de Takumã Kuikuro
Ete Londres segue a viagem feita pelo cineasta indígena Takumã Kuikuro ao coração de uma das cidades mais movimentadas do mundo, Londres.

ÂGTUX (Brasil, 2005, documentário, 22 min) de Tânia Anaya
O filme busca o que falta nas notícias: a riqueza de seus grafismos, de sua língua, de sua vida cotidiana. Âgtux significa “contar histórias”.
Sessão: 19 de julho, 19h
Local: Sala Redenção
Entrada Franca

Dialogando com
sujeitos no cinema
brasileiro

DROMEDÁRIO NO ASFALTO (Brasil, Uruguai, 2015, 85 min) de Gilson Vargas
Depois de perder a mãe, Pedro se sente devastado e determinado a conhecer a identidade de seu pai. A única informação que ele tem é que o pai partira para o Uruguai para viver recluso.
Após a sessão, debate com Gilson Vargas, roteirista e produtor e Pedro Augusto Papini, psicólogo.
Sessão: 27 de julho, 19h
Local: Sala Redenção
Entrada Franca

Ciclo de debates
Imagens em
movimento

Faz parte da programação da exposição Paisagens da Memória: cidade e

corpos em movimento.

CAPOEIRA EM CENA (Brasil, documentário, 51 min) de Marcio Queiroz e Ricardo Ottoni Canjiquinha, Waldemar, João Pequeno, João Grande, Moraes, Vermelho 27 e Itapum contam várias histórias sobre a capoeira nacional e suas experiências pessoais.
Sessão: 27 de julho, 17h30
Local: Mezanino do Museu da UFRGS
Entrada Franca

EXPOSIÇÃO

Paisagens da memória:
cidade e corpos
em movimento

Apresenta o esporte como um fenômeno cultural de grande abrangência e ampla visibilidade, vivenciado de modo plural e variado em suas múltiplas modalidades.
Visitação: segunda a sexta-feira, das 8h às 20h e aos sábados, das 9h às 13h
Local: Museu da UFRGS
Entrada franca
Informações: (51) 3308-1947
Agendamentos de grupos podem ser feitos pelo site www.ufrgs.br/museu/educativo/

Entre o acervo
e o estúdio

Apresenta obras de Marilice Corona, professora do Departamento de Artes Visuais do IA/UFRGS. A artista visual selecionou algumas obras do acervo do MARGS para estabelecer um diálogo com seu trabalho, como “A dama de branco”, de Artur Timótheo da Costa, e “O vestido verde”, de João Fahrion.

No estúdio

Apresenta obras de 23 artistas ligados ao Studio P – Atelier Aberto de Pintura, criado por Marilice Corona como projeto de

Extensão em artes visuais do IA/UFRGS. A mostra tem a intenção de dar a ver a produção individual de cada integrante do grupo.

Visitação: terça a domingos, das 10h às 19h
Local: Museu de Artes do Rio Grande do Sul - MARGS
Entrada franca

Informações: (51) 3227-2311
museu@margs.rs.gov.br

MÚSICA



UNIMÚSICA

Aposta agora na força da palavra poética, na capacidade de escuta, na delicadeza contudente da poesia.

ANTÔNIO CÍCERO E MARINA LIMA

Compartilham suas visões de música, poesia e inspiração, permeado por conversas, canções, declamações e leituras.
Data: 06 de julho
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Distribuição de ingressos: a partir de segunda-feira (03 de julho), às 9h, na bilheteria do Salão de Atos da UFRGS. O ingresso será entregue perante a doação de um livro, sendo um livro por ingresso. Cada pessoa poderá retirar até 2 ingressos.

#deslocamentos4d

Sob a direção de Miriam Amaral, traz poesia e música, falando sobre movimentos migratórios.
Data: 07 de julho
Local e horário: Salão de Atos, 20h

19.º Encontro de
Violoncelos do RS

Série de concertos, recitais, masterclasses, oficinas e palestras. Ocorre em diversos locais de Porto Alegre e em cidades no interior do estado.

Apresentações: 06 a 15 de julho
Inscrições para as palestras, masterclasses e oficinas: encontrocellos@ufrgs.br
Informações: <https://www.facebook.com/encontrovioloncelosrs/>

MÚSICA

Auditorium Tasso Corrêa traz trabalhos desenvolvidos no Departamento de Música do Instituto de Artes com entrada franca.

RECITAL DE MEIO DE CURSO DE BRUNA CHRIST (VIOLINO)
Apresentação: 08 de julho, 16h

RECITAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO EM MÚSICA
Apresentação: 10 de julho, 17h30

RECITAL DA CLASSE DE FLAUTA DOCE DO DEMUS
Apresentação: 11 de julho, 19h

RECITAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO EM MÚSICA.
Apresentação: 12 de julho, 12h30

RECITAL DE GRADUAÇÃO DE DAVI SANTOS (PIANO).
Apresentação: 12 de julho, 17h30

RECITAL DE MATHEUS COELHO (VIOLINO)

Apresentação: 15 de julho, 19h

RECITAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO EM MÚSICA.
Apresentação: 17 de julho, 12h30

MOSTRA DE PRÁTICA MUSICAL COLETIVA – CURSO DE MÚSICA POPULAR
Apresentação: 18 de julho, 19h

RECITAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO EM MÚSICA.
Apresentação: 20 de julho, 12h30

RECITAL DE GRADUAÇÃO DE EVALOIR QUADROS (CANTO)
Apresentação: 21 de julho, 19h

RECITAL DE MEIO DE CURSO DE LEONARDO MENIN (CANTO)
Apresentação: 22 de julho, 17h30
RECITAL DE MEIO DE

CURSO DE ANDRÉ SANT'ANNA (CANTO).
Apresentação: 22 de julho, 19h

RECITAL “CANTOS POPULARES”
Apresentação: 23 de julho, 17h30

RECITAL DO LABORATÓRIO DE EXECUÇÃO CORAL
Apresentação: 25 de julho, 17h30

RECITAL DOS PARTICIPANTES DOS CURSOS DE INSTRUMENTOS MUSI-

CAIS DO PROGRAMA DE EXTENSÃO EM MÚSICA
Apresentação: 27 de julho, 20h30

RECITAL DE VINÍCIUS REIS (VIOLINO)
Apresentação: 29 de julho, 16h

RECITAL DE RAFAEL DOS SANTOS (VIOLÃO)
Apresentação: 29 de julho, 20h

ONDE?

► Salão de Atos
Avnida Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3248

► MARGS
Praça da Alfândega, s/n.º
Fone: 3227-2311

► Sala Redenção
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► Museu da UFRGS
Avenida Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



A vivacidade do aço

Felipe Ewald

Para quem chega ao Câmpus do Vale, o caminho é tortuoso: trafegando em direção ao ponto final dos ônibus, é preciso fazer um balão e retornar, descendo pela rua lateral que contorna a represa. Antes de chegar ao Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), faz-se uma curva fechada à direita e, só então, lá embaixo, encontramos o prédio em forma de hangar do Centro de Tecnologia. É nesse relativo isolamento que vamos nos deparar com a vivacidade do engenheiro metalúrgico Julio Anibal Morales Pereira, mas não sem antes penetrar por corredores estreitos e passar por grandes recintos de alto pé direito e paredes de tijolos à vista povoados por máquinas e equipamentos que fazem parte do Laboratório de Siderurgia (LaSid).

Julio tem um longo histórico de ligação com a UFRGS. Chegou do Panamá, sua terra natal, em 1982, para cursar a graduação na Universidade. Nesses 35 anos, com alguns intervalos, esteve sempre próximo, seguindo como aluno de mestrado e doutorado e também como pesquisador vinculado ao LaSid. Isso foi possível, explica, devido à constante parceria mantida entre o laboratório e a metalúrgica Gerdau no desenvolvimento de pesquisas posteriormente aplicadas na indústria. As verbas provenientes dos sucessivos convênios firmados com a empresa — aliadas ao fomento vindo de agências públicas — permitiram incrementar a infraestrutura do centro de pesquisa, além de fixar recursos humanos qualificados, como o engenheiro panamenho. Os últimos tempos trouxeram recessão e retração dos recursos em pesquisa; por isso, atualmente, ocupa a posição de pós-doutorando.

Encantado com seu trabalho, Julio expressa muita gratidão pelo acolhimento que recebeu e pela oportunidade de permanência por tão longo período no LaSid. Nesses anos, viu passarem por ali muitos alunos, de bolsistas de iniciação científica a doutorandos. O pesquisador comenta que, há algum tempo, tem sido marcante

a presença de mulheres em número equilibrado com o de homens, o que não se observava quando começou lá em 1997. Ele ressalta que isso se verifica não só no laboratório; na indústria também encontra muitas engenheiras.

O cotidiano no laboratório envolve o acompanhamento do trabalho dos bolsistas — função que demonstra realizar com a empolgação de um animador. Entre as atividades, também há a realização de experimentos e a análise dos dados que deles resultam. Generoso ao compartilhar seus conhecimentos, Julio faz questão de apresentar e traduzir os processos estudados no laboratório para uma linguagem leiga. Mostra os compostos e os resultados das pesquisas conduzidas pela equipe.

Essa sua característica comunicativa torna leve o ambiente repleto de maquinário pesado, típico do processo de produção do aço, foco de pesquisa do grupo — o que evidencia a ligação com uma das empresas expoente na produção dessa liga metálica. No amplo espaço do centro de tecnologia, encontramos o modelo em escala reduzida — e ainda assim de grandes proporções — de uma panela siderúrgica, equipamento utilizado na indústria. Ali é possível simular o padrão de movimentação das partículas por meio da injeção de gás na mistura do aço ainda em forma líquida.

Marco em sua trajetória no LaSid, como destaca o próprio Julio, foi a chegada do forno de alta temperatura, que atinge mais de 1.600 °C e, assim, permite produzir a mistura de aço na forma líquida a partir dos componentes brutos da liga a ser desenvolvida. O engenheiro faz questão de mostrar a sólida peça que resulta do experimento, a qual é posteriormente cortada e analisada em microscópio eletrônico para se verificar a qualidade da mistura — estudo conduzido atualmente no projeto de pós-doutorado de Julio.

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Abayomi, educadora da igualdade

Abayomi não tem um cartão da UFRGS com seu próprio número de identificação. Não precisou prestar o tão disputado e temido vestibular, tampouco precisou passar por uma banca avaliadora para a pós-graduação. Também não fez concurso para o serviço público. Mas, mesmo assim, faz parte da Universidade e desenvolve um trabalho muito importante dentro dos notáveis portões da academia e também fora deles.

Para chegar até aqui, Abayomi resistiu a terríveis adversidades que a viagem em navios negreiros apresentava. Na verdade, foi no porão dessas sórdidas embarcações rumo ao novo mundo que ela nasceu. Entre os dedos negros das mãos africanas, ela foi se formando, proveniente dos retalhos rasgados da própria saia daquelas cuidadoras. Sem costura, apenas com nós e tranças, a boneca Abayomi foi criada para acalantar os filhos em meio àquela tempestade e que depois se tornariam amuleto para proteger as crianças, então já em terra, quando seriam separadas de suas mães.

Desde esses tempos de escravidão, a boneca tem sido símbolo de resistência, tradição e poder feminino no Brasil. Na oficina Confecção de Bonecas Abayomi, quando ministrada em parceria com o curso de Saúde Coletiva da UFRGS, Abayomi é como uma educadora da igualdade: ela ajuda na conscientização da Saúde da População Negra e na valorização da identidade afro-brasileira. Quem participa dos cursos, entre a escolha da cor e estampa do turbante vibrante e do vestido rodado, vai se dando conta das desigualdades que ainda separam brancos e negros em um vasto abismo, inclusive num direito tão básico para qualquer e todo cidadão: a saúde. Indicadores apontam a desvantagem nesse setor para a população negra. A desigualdade não acontece apenas porque a população negra tem menos acesso à saúde por fatores socioeconômicos, mas principalmente pelo racismo que é evidenciado na baixa qualidade do atendimento médico. “Não só o acesso é diferenciado, mas principalmente a qualidade do acesso, a qualidade técnico-científica que o profissional dá para aquela pessoa. E isso se reverte em indicadores de

mortalidade materna e infantil, por exemplo — que é maior em mulheres negras —, fato muito relacionado com a qualidade do pré-natal que aquela paciente recebeu”, explica a professora de Saúde Coletiva da UFRGS Fernanda Bairros. É por isso, por meio da reivindicação dos movimentos negros, que desde 2006 o Brasil reconheceu o racismo como um determinante social da saúde e construiu uma política integral dessa área para a população negra a fim de reverter esse cenário. Quem ministra a oficina é a estudante do curso de Saúde Coletiva da UFRGS Marleide Ferreira. Foi ela quem idealizou as oficinas da boneca Abayomi no Rio Grande do Sul. Hoje, a estudante ensina a confeccionar as bonecas de pano em diversos lugares e eventos para além da Universidade.

Lena Martins, educadora popular e militante do Movimento das Mulheres Negras, nascida em São Luis no Maranhão, iniciou a confecção das bonecas Abayomi no Brasil no final dos anos 1980, enquanto o movimento negro organizava a marcha que lembraria os 100 anos da abolição da escravatura.

Na época, a questão ecológica se popularizava, e o objetivo de Lena era construir uma arte popular que fosse ferramenta de conscientização e sociabilização. Seu trabalho precursor logo chamou a atenção de outras mulheres e fez surgirem oficinas de confecção da boneca em diversos estados do país. O crescimento de oficinas foi tanto que em 1988 foi criada a Cooperativa Abayomi no Rio de Janeiro, uma associação de artesãos e ateliês da boneca. O coletivo faz parte da rede nacional contra a violência à mulher e da rede de mulheres negras latino-caribenhas.

As Abayomi não possuem demarcação de boca, nariz e olhos, propositalmente, para que as identidades das múltiplas etnias africanas possam se reconhecer. Abayomi significa “encontro precioso” na língua africana Iorubá, e é exatamente essa sua missão: promover o encontro entre alteridades. Enquanto exalta a diversidade, segue a centenária busca incansável por respeito e equidade.

Cássia de Oliveira
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo na UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história — ou a de alguém que você conheça — com esse local



Memória e arte

O mural *As Profissões*, que se encontra na Sala do Conselho Universitário (Consun), é de autoria do artista e professor Aldo Locatelli (1915-1962). O italiano – com forte referência no Renascimento – ingressou no atual Instituto de Artes da UFRGS no início da década de 1950 para ministrar a disciplina de Arte Decorativa. Nela, incentivou os estudantes à prática do muralismo como forma de difusão cultural para o grande público, além de promover a liberdade nas técnicas e linguagens expressivas.

A obra executada em 1958 e restaurada recentemente está situada no segundo andar do prédio da Reitoria. Representa a integração de saberes, escolas, institutos e faculdades que se reuniram para compor a Universidade de Porto Alegre (UPA) em 1934. Há personalidades acadêmicas e alegorias das áreas de formação oferecidas desde a origem da instituição até a data de execução do óleo sobre tela que tem 3,62m de altura e 7,94m de largura.

No núcleo central da composição, Locatelli retrata o primeiro reitor da Universidade, o desembargador Manoel André da Rocha (1860-1942), sentado à cátedra. Ali também está o próprio pintor em autorretrato. Assim, coloca-se na cena, como artista, professor e pesquisador que era; posiciona-se como membro da comunidade acadêmica e responsável pelo seu desenvolvimento.

O mural marca um momento de reconhecimento das Artes como campo de conhecimento e também do Instituto de Artes como integrante das unidades de ensino. É, então, testemunho de uma época de importantes definições.

FOTOS **GUSTAVO DIEHL** TEXTO **CÍNTIA NEVES BOHMGAHREN**



Cíntia Neves Bohmgahren é mestra em Artes Visuais pelo PPGAV/UFRGS. Defendeu, em 2013, a dissertação intitulada *A modernidade nos murais de Aldo Locatelli e de João Fahrion na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o cinquentenário do Instituto de Belas Artes, 1958.*



O homem que não conhecia Monteiro Lobato

e outras histórias

TEXTO JACIRA SILVEIRA
FOTOS FLAVIO DUTRA

Ser o dono da bola dava a Ramon certos privilégios. Um deles era o de determinar que o jogo só começasse após ele contar uma das histórias de seu livro de autores latinos. Essa condição, muito antes de soar antipática, a Roberto sempre serviu de estímulo à sua curiosidade por aprender coisas novas. Ele havia sido acolhido pela família de Ramon quando, junto com os irmãos e a mãe, chegou fugido do Brasil, no final dos anos 1960. A viagem levara horas até a cidade argentina de San Antonio, na Província de Misiones, divisa com o estado do Paraná, onde Roberto nascera e do qual partiram no meio da noite. “Conheci toda a América do Sul com aquele livro”, conta Roberto, que na época tinha menos de dez anos. Tudo ia bem até o momento em que ele foi convidado pelo

dono da bola para falar alguma coisa sobre Monteiro Lobato, autor brasileiro que escrevera a história que ele escolhera pra ler naquele dia. “Foi a primeira vergonha que eu passei. Eu não podia falar nada sobre Monteiro Lobato, nem sabia quem era.” Por outro lado, a partir daquele episódio, Roberto passou a ler tudo o que lhe passasse pela frente.

Quando voltaram para o Brasil depois de dois anos e oito meses, foram morar num lugarejo no interior do Paraná, em Pranchita. A vontade de ler o acompanhava, mas os poucos recursos da família não permitiam que comprasse livros. Ele e um amigo, Romário, costumavam passar horas diante da vitrine de uma livraria no centrinho da cidade, apreciando as capas de gibis e livros de literatura. Receosos

que os mandassem sair dali porque poderiam estar sujando o vidro que era cuidadosamente esfregado por uma senhorinha, eles mantinham as mãos para trás. Até que certa manhã o dono da livraria, um italiano magro e alto, saiu e perguntou aos meninos o que eles queriam. A primeira reação foi sair correndo. Três dias depois, eles voltaram, e o proprietário do estabelecimento refez a pergunta. Então os garotos comentaram a respeito de um gibi que há seis meses estivera exposto na vitrine. Gentilmente foram convidados a entrar para ler o que quisessem – hábito que mantiveram ao longo de quatro anos. “Ele nunca nos pediu nada em troca”, rememora. Antes que abrissem o primeiro gibi, no entanto, receberam instruções minuciosas de como folhear sem deixar

dobras ou marcas nas páginas; tudo deveria ficar como novo, pronto para a venda.

Hoje Roberto Sampaio tem pouco mais de 56 anos, é conselheiro tutelar em Taquara, no interior do Rio Grande do Sul, e pintor de parede por ofício, como gosta de dizer. Aos 32 anos começou a ficar decepcionado consigo mesmo por ainda não ter conseguido cumprir o sonho que acalentava desde os 12 anos de idade: montar uma biblioteca aberta ao público quando tivesse um acervo de quatro mil livros. Depois de anos guardando em todas as peças da casa os títulos que conseguiu por meio de doações, no dia 28 de setembro de 1988 ele pendurou na fachada de sua casa: Biblioteca Amigos do Livro. Eram 10h da noite, e Roberto estava realizado.



No Trensurb, passageiro aproveita o tempo da viagem para ler o autor uruguaio Mario Benedetti. Cerca de 180 mil pessoas circulam diariamente pelos trens, o que motivou a criação da Biblioteca Livros sobre Trilhos

O dado é preocupante: 65% da população brasileira nunca frequentou uma biblioteca. Para a professora do curso de Biblioteconomia da UFRGS Eliana da Silva Moro, isso evidencia um problema ainda mais grave: “Somos um país em que 90% da população é considerada analfabeta funcional – que não entende textos simples”, argumenta. Certa vez, realizando uma atividade com uma de suas turmas, o resultado deixou seus alunos perplexos e, ao mesmo tempo, encorajados em se empenhar para trabalhar em prol de um dos principais objetivos do curso: incentivar a leitura. Por semanas eles vinham abastecendo de livros e revistas um expositor colocado junto a uma parada de ônibus das proximidades da Universidade. Interessados em conhecer um pouco o perfil das pessoas que estavam retirando as obras, alguns dos estudantes decidiram seguir um senhor que havia pegado uma das revistas. Quando abordado pelos jovens, surpreendeu-se e sua reação imediata foi devolver a publicação, envergonhado: “Não estava roubando”, defendeu-se. Depois que os estudantes o tranquilizaram, ele acabou revelando que não sabia ler, mas que gostava de ficar olhando as figuras, viajando naquelas paisagens. Eliana também coordena o projeto de extensão da UFRGS Tesouros de Leitura, de contação de histórias para crianças em vulnerabilidade social. Na opinião da professora, o livro ainda é um objeto distante das pessoas, por isso as bibliotecas deveriam ser grandes espaços de “aconchego e bem-estar”.

No trem – Jociara Hister é uma garota de uns 20 anos de idade. Ela mora em Sapucaia e trabalha no centro de Porto Alegre. Faz pouco mais de dois anos se cadastrou na Biblioteca Livros sobre Trilhos, localizada na estação Mercado Público do Trensurb. Quando quer fazer um novo empréstimo ou devolver algum livro, costuma chegar entre 11h e 11h30min, antes de começar a trabalhar em uma das lojas de uma grande rede do setor de vestuário. Entre suas preferências estão os romances espíritas e os de terror. Ela conta que, quando gosta muito de uma obra, empresta para os amigos depois de lhes fazer propaganda da história. No final da tarde, quando volta para casa, costuma ler no trem durante uma viagem de uns 40 minutos. Atualmente ela acredita que caminharia até a Biblioteca Pública do Estado, bem distante de onde embarca no trem, para retirar livros, se não existisse a biblioteca do Trensurb. “Gosto muito de ler”, argumenta, hábito que desenvolveu depois que começou a frequentar a Livros sobre Trilhos.

Circulam diariamente pelas estações de trem de Porto Alegre 180 mil pessoas. Esse dado, conforme a avaliação de Jânio Ayres, gerente de Comunicação da Trensurb, dá a dimensão da importância de haver uma biblioteca de uso público nesse espaço. Ela funciona das 11h às 19h, sem fechar na hora do almoço. O leitor pode ficar com o livro durante dez dias, prorrogáveis por outros dez; basta telefonar para solicitar a renovação. A devolução pode ser feita a qualquer hora em uma caixa coletora junto à entrada da biblioteca. Inaugurada em 2008, hoje ela

conta com um acervo de mais de sete mil obras e um cadastro de 5.500 usuários. Para retirar livros é simples: basta apresentar o CPF, o RG e um comprovante de residência.

Jociara diz que não costuma ver outras pessoas lendo no trem, mas isso possivelmente ocorre porque fica absorta em sua leitura durante a viagem. Quando a equipe de reportagem do JU embarcou na estação Mercado Público e seguiu em direção a São Leopoldo, onde haveria uma contação de histórias para crianças de escolas públicas, promovida pela companhia e a ser realizada em uma de suas plataformas, contabilizou mais de dez pessoas de cabeças baixas e concentradas, lendo. Havia até um rapaz (foto) que não se limitou à falta de assento para, de pé mesmo, entregar-se à leitura, enquanto o trem avançava pelos trilhos, num balanço suave e cadenciado, movimento interrompido somente quando chegava a uma nova estação.

As leituras são variadas entre os passageiros: manual de química, literatura fantástica, ficção científica, textos bíblicos. Folheando as últimas páginas de uma pequena publicação de capa dura, Carlos lê Schopenhauer, filósofo alemão do século XIX. Aos 80 anos, ele segue em sua rotina diária que inicia às 7h quando embarca em Porto Alegre, onde mora com a família, em direção a São Leopoldo para bater o ponto às 8h. Diz não ter o hábito de frequentar bibliotecas, mas desenvolveu, junto com alguns familiares, um sistema de empréstimo de livros. Para participar do grupo, tem que fazer circular entre os demais uma lista com os títulos dos livros de seu acervo pessoal. O senhor esbelto e de cabelos grisalhos comenta que geralmente lê enquanto viaja no trem e que a única coisa que o perturba um pouco é a voz no alto-falante anunciando as estações. Ao final da breve entrevista, ele comenta que eu também posso entrar no rodízio de livros de sua família: “É só nos passar a sua lista”. Agradeço a gentileza.

Bibliotecas públicas — Muitos dos turistas que chegam a Porto Alegre fazem questão de incluir em seus roteiros uma visita ao prédio histórico da Biblioteca Pública do Estado (BPE), no centro histórico da capital. Entretanto, Morgana Marcon, diretora do órgão ligado à Secretaria de Cultura, reclama que, por mais programas e eventos que a biblioteca ofereça à comunidade, ainda existem vizinhos que desconhecem sua existência. Com um acervo de 240 mil obras – das quais 50 mil são para empréstimo –, a BPE conta com um cadastro de oito mil frequentadores. De acordo com a diretora, esses usuários, em sua maioria, têm acima de 40 anos; são donas de casa, estudantes de pós-graduação, idosos e aposentados. Depois dos livros espíritos e de autoajuda, as obras mais procuradas são os romances americanos, como os de Barbara Delinsky, Nora Roberts, Nicholas Sparks e Sidney Sheldon. “Por aí dá pra perceber a faixa etária que mais utiliza o setor”, graceja. Circula bastante também a literatura inglesa de Jane Austen, Agatha Christie e Mary Shelley. Ainda, há uma grande procura por literatura gaúcha: Martha Medeiros, Luis Fernando Verissimo, Luiz Antonio de Assis Brasil, Josué

Guimarães e Moacyr Scliar.

Ao comentar o alto percentual de brasileiros que nunca entraram em uma biblioteca, Morgana avalia que essa situação preocupante tem a ver com a falta de exemplo em casa, e também por serem poucas as escolas que desenvolvam um trabalho prazeroso de incentivo à leitura. Há 26 anos trabalhando como servidora do estado, ela também responde pela coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, que congrega 536 instituições, sendo que 40 desse total são comunitárias. Nessa função, cabe a ela manter contato com toda a rede e discutir as políticas ligadas ao setor. Nesse sentido, a coordenadora destaca a importância de haver bibliotecários formados nesses encontros: “Fica mais fácil a comunicação para repassar informações mais específicas ou mesmo encaminhar projetos”.

Carência profissional — Pela legislação 4062/1966, que regulamenta o profissional de biblioteconomia, deve haver para cada biblioteca um bibliotecário na supervisão. O não cumprimento dessa normativa, segundo o presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-10), Alexander Borges Ribeiro, é consequência, muitas vezes, do desconhecimento dos gestores, que acabam transformando as vagas desses profissionais em Cargos de Confiança, os CCs. Por outro lado, ele esclarece que, conforme o tamanho da biblioteca, não há a necessidade de haver a presença de um bibliotecário de forma permanente, mas que dedique tempo suficiente para acompanhar o trabalho de auxiliares ou técnicos em biblioteconomia. Conforme o cadastro do Conselho, existem hoje no estado 1.172 profissionais registrados.

De acordo com Morgana, são nove bibliotecários lotados na Secretaria Estadual da Cultura, todos em Porto Alegre. No interior, cabe aos municípios manter os seus quadros. Como revela o censo de bibliotecas públicas realizado em 2014 pela Fundação Getúlio Vargas, encomendado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 86% dos municípios gaúchos tinha pelo menos uma biblioteca pública, 4% não possuíam nenhuma, e 9% estavam implantado. “Temos 81 bibliotecários atuando em instituições públicas municipais, ou seja, são mais de 400 bibliotecas sem atendimento,” informa Alexander. Na avaliação do dirigente, a precoce emancipação de municípios, oriundos de comunidades muito pequenas, resulta em baixas arrecadações, o que acaba não tornando atrativos os concursos com baixos salários.

Nas escolas – Segundo Maria do Carmo Miseti, coordenadora do Sistema Estadual das Bibliotecas Escolares (Sebe) do Rio Grande do Sul, os últimos concursos para bibliotecários no estado ocorreram em 1991 e em 1996. No primeiro, as vagas eram para a Secretaria da Cultura, e no segundo, para a Secretaria de Educação. Somando os concursados de ambas as pastas, existem hoje no Rio Grande do Sul 29 bibliotecários para atender a mais de duas mil bibliotecas: cerca de 90% das bibliotecas escolares do estado são atendidas por professores e não por profissionais; apenas 20 bibliotecários atuam na rede escolar estadual. Para contornar

a situação, o Sebe promove ações de capacitação para esses professores, e desde 2014 distribuiu um manual que traz legislação, orientações e propostas de projetos.

Uma das soluções para dar conta desse descompasso – demanda e profissional habilitado –, na opinião da coordenadora, seria a formação de técnicos em biblioteconomia para atuar diretamente nas escolas, tendo um bibliotecário em cada uma das 30 coordenadorias. Hoje, em apenas duas há bibliotecário – Porto Alegre e São Leopoldo. Seriam formações mais rápidas, embora reconheça que seria necessário ainda estimular escolas e institutos a incluírem essa formação em suas grades de cursos.

Alexsander preocupa-se com a questão da formação profissional, especialmente para atender a futuras demandas, caso haja vontade política para isso. Ele lembra que são poucos os cursos de biblioteconomia no estado, apenas a UFRGS e a Universidade Federal de Rio Grande (Furg) oferecem essa formação. No início deste ano, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) formou sua primeira turma na modalidade ensino a distância (EAD). Pelos seus cálculos, considerando-se especialmente os cursos presenciais, formam-se de 50 a 60 novos bibliotecários por ano – número ainda muito inferior ao que seria necessário caso houvesse investimento público para abrir o número de vagas necessárias para atender às redes de bibliotecas no estado. Isso pensando de forma otimista, porque, para Ana Alice Costa, aluna da UFRGS e estagiária de biblioteconomia no Sebe, sua turma colará grau no final de 2017 com apenas 15 alunos. Em nível nacional, aproximadamente, existem 42 cursos de Biblioteconomia, tanto presenciais quanto a distância, mas a distribuição nos estados é irregular.

Promovendo mudanças — “No abrigo, as crianças eram bem diferentes daquelas pra quem nós tínhamos contado história. Elas eram agressivas, reativas. Bah, incontroláveis! E as cuidadoras das crianças tentando mandar parar e sentar! Não funcionava, e a sala pegando fogo, e elas berrando... E as crianças fazendo ‘tatata’ como se tivessem atirando na gente! Começamos a contar a história e, naquele momento, um silêncio. Todo mundo ouvia e prestava atenção; queriam mais. Foi surpreendente!” O depoimento é de uma das ex-bolsistas do projeto de extensão Conta Mais, coordenado pela técnica em assuntos educacionais Carla Elisabete Cassel Silva, do Museu da UFRGS. A ação se destina a turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de escolas públicas estaduais que não tenham biblioteca ou em que estas estejam fechadas. Envolvida com a proposta há mais de 20 anos, Carla explica de forma apaixonada que também contam histórias no Museu, recebem públicos infantis, adolescentes, adultos e grupos de terceira idade.

Quanto ao impacto positivo que o acesso ao livro pode representar na vida de uma pessoa ou de uma comunidade, Alexsander, do Conselho Regional de Biblioteconomia, comenta: “Há excesso de informação e muita desinformação na internet, mas não me lembro de nenhuma reportagem falando dos malefícios da

leitura de um livro. E as bibliotecas públicas têm um acervo de qualidade, mesmo sem o bibliotecário, mesmo aquelas instituições que oferecem poucos serviços. Bem ou mal, o acervo está à disposição da comunidade”, avalia. Para ele, essa seria uma via para que pessoas que têm uma situação econômica menos favorecida possam ter o auxílio do estado para tentar mudar sua condição de vida por meio do estudo apoiado pelos livros. “Esse é o grande papel das bibliotecas”, afirma.

De forma empírica, Roberto e sua família, que o ajuda no trabalho na biblioteca Amigos do Livro, em Taquara, realizaram uma pesquisa para conhecer a comunidade onde estão inseridos: descobriram que 38% são de grupos religiosos. Buscando outras informações, eles se depararam com dados alarmantes: em 2012, a cidade de Taquara foi considerada a 48.ª cidade mais violenta do estado, e o bairro da biblioteca foi classificado como o mais violento da cidade. Essas pesquisas serviriam para a seleção de livros a serem oferecidos para leitura na biblioteca. Resolveram, então, distribuir nas estantes de acesso mais imediato alguns exemplares do Código Penal e do Código Civil. O objetivo era que se informassem pelo teor dos volumes, pois, certamente, teriam em suas relações próximas alguém envolvido com questões legais. “Eu queria que eles tivessem onde buscar informação do que devia ser feito”, justifica. A retirada dessas obras não precisava ser anotada. Num dado momento, começaram a verificar que as estantes apresentavam uns vãos, livros teriam sido retirados sigilosamente. Eram as obras de Direito e elas começaram a ser tão procuradas que foi necessário ir atrás de mais doações para repor os exemplares levados e que não eram devolvidos. “A pessoa é de uma família que tem problema, desajustada, que se inteira pelas leis, pelo Direito”, pondera. Independentemente da cientificidade da pesquisa, o fato é que os índices de criminalidade começaram a baixar, conta Roberto.

Hora de escrever – Quando bate o desânimo, Maria do Carmo costuma buscar refúgio, lembrando-se de uma das ações desenvolvidas pelo Sebe junto às escolas da rede estadual de ensino. É a edição anual do livro Crianças e Jovens Escrevem Histórias, publicação que reúne textos de estudantes – crianças e adolescentes – e que culmina com a sessão de autógrafos que ocorre dentro das atividades da Feira do Livro de Porto Alegre. Em especial, ela recorda a importância que esse projeto assumiu para a vida de um jovem de 16 anos da escola Alberto Pasqualini, da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase). O texto do estudante foi um dos selecionados para a publicação. Durante o jantar de confraternização oferecido aos classificados, ele conheceu uma garota cujo texto também fora selecionado para o livro. Pouco tempo depois, começaram a namorar. Como a garota morava no interior, eles passaram a se corresponder com frequência. “Ele saiu das drogas e foi trabalhar em uma loja de moda jovem.” Tentando encontrar o livro onde foi publicado o texto desse rapaz, ela encontra a produção de um outro jovem, também da Fase, e começa a ler em voz alta:

Hoje preso eu paro e penso

eu podia estar com a minha família,

mas estou sem nada de harmonia

quando a minha mãe vem me visitar me dá vontade de chorar

deitado na cama eu penso na realidade,

eu pretendo mudar e voltar a estudar com muita capacidade

hoje na escola, fazendo uma redação

eu quero completar meus estudos

e andar tranquilo no mundo

sem dever nada pra ninguém

eu quero voltar a fazer o bem

Alan (nome fictício)

A biblioteca da comunidade

Sara Evelin Carvalho de Souza e Lucas Santana de Lima são frequentadores assíduos da Biblioteca Comunitária Chocolate, na zona norte de Porto Alegre. Ambos têm 12 anos de idade e desde 2016 ajudam na contação de histórias para os alunos da creche que fica na vizinhança. Eles também ajudam em outras atividades de incentivo à leitura desenvolvidas pela educadora Rafaela Siqueira, com a orientação da bibliotecária da Rede de Bibliotecas Comunitárias de Porto Alegre, Camila Schoffen Tressino.

Lucas é um menino de aparência tranquila, fala de forma suave e a cada pergunta sabe exatamente o que dizer. Quando morava mais para baixo, na rua que chega à biblioteca para quem está entrando no bairro, ficava curioso para saber que lugar era aquele com a fachada colorida e de porta sempre aberta. Só quando mudou para mais próximo é que arranhou um jeito de entrar e descobrir o que as crianças iam fazer ali. Ele conta que sempre gostou de ler e que a partir daquele primeiro contato passou a visitar a biblioteca com frequência, seja para ler, seja para retirar livros ou participar de atividades, como ouvir histórias e desenhar. Nessa época, ele estudava no turno da manhã, mas já no início da tarde, quando reabria a biblioteca, era um dos primeiros a entrar.

Sara lembra que quando começou a frequentar a biblioteca o lugar não era bem como é hoje. As paredes ainda tinham a cor do cimento, bem diferente de como é agora, tudo pintado com cores vivas. Um varal de fotos penduradas recentemente mostra a trajetória da criação da biblioteca desde sua sede original, na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, ao lado dos prédios da Justiça Federal, onde permaneceu por cerca de 20 anos. Em 2011, por uma ação da prefeitura, as famílias foram transferidas para um residencial construído no final da avenida Protásio Alves, na zona norte. A demanda da biblioteca partiu da comunidade; a ONG Cirandar ajudou na concepção do espaço, na formação do acervo de livros, assim como na contratação

da educadora social que realiza atividades junto a crianças e jovens da comunidade.

Diferentemente de Lucas, que descobriu a biblioteca sozinho, Sara foi trazida pela mãe, que desejava conhecer como funcionava o atendimento às crianças. De imediato Sara ficou encantada com tantos livros e passou a voltar todas as tardes; sempre ficava até acabar de ler um livro ou até que fosse a hora de fechar. Atualmente, ela prefere retirar as obras e levar para ler em casa. Rafaela diz que, em 2015, quando fizeram um levantamento, Sara havia levado mais de 200 livros. Agora que já não lê mais obras infantis, mas outras mais volumosas, voltadas para o público adolescente, as coisas mudaram: “Leva só uns 100”, ri ao comentar, brincando com a garota.

Exceto pelo pai, que costuma ler o *Diário Gaúcho*, ninguém mais na família de Sara tem o hábito de ler. Todos os dias, quando chega da escola, ela vai para o quarto e começa a ler, e só sai quando a mãe chama para o jantar. Sobre o livro que mais gostou, a resposta é sempre imediata: *A Falsa Princesa*, de Eilis O’Neal. A obra traz a história da princesa e herdeira do trono de Thorvaldor, Nalia, que, logo após seu aniversário de dezesseis anos, descobre que foi colocada no lugar da verdadeira princesa para protegê-la. “Obrigada a deixar o palácio com pouco mais do que suas roupas, a garota, agora chamada de Sinda, terá de abandonar a cidade, seu melhor amigo, Kiernan, e a única vida que ela conhecia”, diz uma das tantas sinopses na internet que falam desse livro que é um verdadeiro best-seller entre leitores jovens.

Sentado ao lado da amiga, Lucas diz que não tem tempo de ler em casa. Além de cuidar do irmão menor, também ajuda a mãe nas tarefas domésticas. Titubeia ao dizer qual é seu livro predileto. *‘A Família Pântano’*, sugere a educadora. Ao que ele assente: “É isso aí!”. Os integrantes da família pântano são bruxos e magos e não nascem da mesma forma que pessoas normais. “Nerlin e Mordona são casados.

Juntos têm sete filhos, e todos foram extraordinariamente gerados em laboratório por meio de bruxaria”, conta outro resumo da internet.

Entre os frequentadores da biblioteca comunitária Chocolate existe um grupo de adolescentes que gosta de escrever. Lucas é um deles. Ao explicar a importância da biblioteca para a sua produção de escrita, ele diz que de cada livro seleciona algumas palavras para depois compor seus poemas. Arrisco perguntar se ele pretende seguir escrevendo até, quem sabe, profissionalmente. Antes mesmo que eu termine de fazer a pergunta, ele responde que deseja escrever histórias no computador, mas antes precisa mandar o PC para o conserto.

Sherolaine Siqueira dos Santos faz parte de um grupo de meninas que também se reúne na biblioteca para escrever histórias. Elas estão trabalhando em um futuro livro que pretendem publicar: nele, contam a experiência de viver a festa de 15 anos. Diferente de Lucas e de Sara, ela viveu a época turbulenta da transferência da Vila, por isso Rafaela pediu a ela que escrevesse um texto para ser lido no dia em que comemoraram o aniversário da biblioteca:

“Uma pequena garota em uma vila. Casas de madeira, chão de areia, lixão, incêndio, enchentes. Pessoas unidas. Com a sua família ela puxava carrinho, catava e reciclava. Tudo muito humilde. Um dia tudo mudou, bairro novo, casa nova, pessoas novas. Foi uma grande surpresa, agora as casas são de material, o chão é de asfalto, não tem mais incêndios, nem enchentes, nem lixão. Tem um galpão de reciclagem, uma creche e uma biblioteca. Continua sendo humilde, e a maioria das pessoas não são mais unidas como era antes. Sob seus próprios olhos, ela viu muita coisa mudar. O tempo passou, e ela cresceu. Ela sabe que, se nada tivesse acontecido como foi, nada seria o mesmo. Não tem nada pra se arrepender, tudo mudou para melhor” (Sherow).



Sara Evelin Carvalho de Souza e Lucas Santana de Lima são frequentadores assíduos da biblioteca da Chocolate